



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Tradução e análise dos artigos de Karl Kautsky acerca do imperialismo  
e seus desdobramentos em relação à economia e sociedade contemporânea e o  
Brasil

**Giovanni Barillari de Freitas**

Texto para Monografia do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de  
Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista  
(UNESP).

Orientador: Professor Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

Examinador: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari

ARARAQUARA

2012

## 1 - RESUMO

A eminência da Primeira Guerra Mundial efervesceu o debate entre teorias que buscavam explicar as causas e as conseqüências daqueles conflitos. Dentre os principais pensadores da época, Karl Kautsky, editor da revista *Die Neue Zeit*, era considerado o primeiro discípulo de Marx e Engels, exercendo, através de seus artigos, grande influência social. E foi no ano de 1914 que, através dos artigos *O imperialismo e a Guerra*, *O ultra-imperialismo* e a *Preparação para Paz*, Kautsky definiu sua interpretação e expectativas em relação a aquele momento.

O conteúdo desses artigos é de primordial relevância para estimar, observando o desenrolar do século XX, o quanto fez sentido suas interpretações. Assim, o objetivo é contribuir ao esclarecimento dos pensamentos deste autor, a fim de ajudar a entender a sociedade mundial contemporânea e o Brasil, quase um século depois de ter feito as publicações mencionadas.

**2 - PARAVRAS-CHAVE:** Karl Kautsky; Imperialismo; Ultra-imperialismo

### **3 - LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Cotações médias durante quase dez anos; p.14

Tabela 2: Cotações médias durante quase dez anos; p.21

Tabela 3: Crises financeiras internacionais, 1929-2009; p.55

Tabela 4: Ultra-imperialismo *versus* Zollverein; p.66

Tabela 5: As 25 empresas de origem brasileiras mais internacionalizadas; p.75

Gráfico 1: Evolução da pobreza e da indigência entre os anos de 1980-2012; p.69

## 4 - ÍNDICE

	Pg.
1. INTRODUÇÃO .....	6
2. Os três artigos de 1914 .....	7
3. O capitalismo, o imperialismo e o Ultra-imperialismo: às vésperas da Primeira Grande Guerra .....	26
3.1 Produção industrial <i>versus</i> Produção agrícola .....	27
3.2 O imperialismo kautskysta .....	30
3.2.1 O debate sobre a definição do termo imperialismo .....	32
3.3 O ultra-imperialismo .....	37
4. O capitalismo, o imperialismo e o ultra-imperialismo: Karl Kautsky e a sociedade contemporânea .....	44
4.1 Produção industrial <i>versus</i> Produção agrícola: a sociedade contemporânea .....	46
4.1.1 A produção industrial: a superinflação .....	47
4.1.2 A produção agrícola: hiperinflação .....	51
4.1.3 Conclusão .....	54
4.1.4 Brasil, um agroexportador .....	56
4.2 O imperialismo kautskysta: a sociedade contemporânea .....	57
4.3 O ultra-imperialismo: a sociedade contemporânea .....	60
4.4 O ultra-imperialismo e o Brasil .....	70
5 Conclusão .....	77
6 Referências Bibliográficas .....	79

# 1 Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar sobretudo três artigos de Karl Kautsky, a fim de entender alguns conceitos teóricos assim como acerca do imperialismo e do ultra-imperialismo, proporcionando uma reflexão sobre a sociedade atual.

Os três artigos, publicados em 1914 na revista *Die Neue Zeit*<sup>1</sup>, somente foram encontrados traduzidos para o inglês, necessitando assim da tradução para o português, efetuadas por mim. Os nomes dos artigos são: *O imperialismo e a Guerra*, *O ultra-imperialismo* e *a Preparação para Paz*. Sendo que os dois primeiros foram publicados em setembro daquele ano e o terceiro, em outubro.

No primeiro capítulo serão expostas as traduções dos três artigos e no segundo será feito a análise destas traduções. No terceiro capítulo, a intenção é refletir sobre a relação entre os conceitos apresentados e a sociedade contemporânea com interesse especial no Brasil, analisando o período histórico que se inicia no término da Guerra Fria até a crise de 2008.

Nestes artigos estão presentes as interpretações de Kautsky acerca do cenário internacional daquele período, possibilitando a compreensão das causas daquela guerra e do desenvolvimento histórico.

Em síntese, é de primordial importância aprofundar-se na análise de um autor pouco traduzido para o português que, como nosso estudo mostrará, ainda ajuda a um melhor entendimento da atual sociedade.

A fim de buscar maior compreensão de suas idéias, é necessário contextualizar a respeito da vida do autor. Segundo Teixeira<sup>2</sup> (v. bibliografia),

Karl Kautsky [1854 – 1938] nasceu em Praga, filho de uma artista e escritora austríaca e de um pintor tcheco, tendo sido inicialmente um nacionalista tcheco. Converteu-se ao socialismo por razões éticas e sofreu o impacto dos episódios da Comuna de Paris, que o tornaram um adepto do internacionalismo proletário. Foi aluno da Universidade de Viena, onde estudou história e ciências naturais, sofrendo forte influência de Darwin e de sua *A Origem das Espécies*. Em 1875, ingressou no Partido Social Democrático austríaco e, segundo seu próprio depoimento, foi nesse ano que leu, sem entendê-lo ainda, *O Capital*. (TEIXEIRA 2002 p. 439)

---

<sup>1</sup> Fonte disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/index.htm>

<sup>2</sup> Aloísio Teixeira (1945 – 2012), economista, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 2003 – 2011.

## 2 Os três artigos de 1914

Sobre Kautsky, Paul Mattick<sup>3</sup> (v. bibliografia) pontua:

Graças aos seus escritos, Kautsky depressa atingiu notoriedade no seio do movimento operário; em 1883 fundou a revista *Die Neue Zeit* que, sob a sua direção, se tornaria o principal órgão teórico da social-democracia alemã. A obra de Kautsky não deixa de surpreender não só pela multiplicidade de temas que nela são abordados, mas também pela sua extensão. Uma bibliografia deste autor, ainda que resumida, ocuparia páginas e páginas. (MATTICK 1939)

Já em relação ao final de sua vida,

Karl Kautsky morreu em Amsterdam, no fim de 1938; contava então 84 anos. Viu-se nele o mais eminente teórico do marxismo após a morte dos seus fundadores, e não se exagerava ao dizer que fora o mais representativo entre todos, Kautsky reuniu em si, e de forma bem clara, não só o lado revolucionário como também o lado reacionário deste movimento. Mas se Engels, perante a sepultura de Marx, se sentia com direito a declarar que o seu amigo «fora, acima de tudo, um revolucionário» ninguém, em contrapartida, teria tido a idéia de dizer outro tanto sobre o seu discípulo mais célebre. (MATTICK 1939)

A continuação segue, respectivamente, a seqüência das traduções dos artigos: *Imperialism and the War*, *Ultra-Imperialism* e *Preparations for Peace*. A tradução feita por mim tentou ser fiel.

### **Imperialismo e a Guerra (Setembro 1914)**

(NOTA: O primeiro dever dos socialistas em relação à guerra é compreendê-la. O fato de termos uma chave para o enigma que intriga a inteligência nacional, nos dá uma grande vantagem na atual campanha política. O artigo seguinte reproduz a aplicação de princípios socialistas para interpretar o problema fundamental que demanda solução. O artigo ganha autoridade devido o fato de, com exceção do último parágrafo, ter sido escrito

---

<sup>3</sup> Paul Mattick (1904 – 1981), revolucionário alemão, escreveu obras como *A Revolução Bolchevique foi um fracasso?* (1938); *Marx e Keynes* (1969); e *Karl Kautsky: de Marx a Hitler* (1939). Segundo Marxists Internet Archive. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/mattick/index.htm>

várias semanas antes da eclosão das hostilidades. Publicado em *Die Neue Zeit* em 11 de setembro).

A produção industrial recebe um forte impulso proveniente do desenvolvimento do sistema salarial e da substituição da produção simples pela produção capitalista.

O capitalista – como qualquer capitalista - não trabalha no interior de onde ele tira seus lucros. Os pequenos produtores independentes, que trabalham com suas próprias mãos, têm motivos para encurtar as horas de trabalho. Já para os capitalistas, estes motivos não existem. Deve-se ter em mente, é claro, que a referência feita aqui do artesão do tempo do trabalho independente, quando estava em seu auge, antes que fosse reduzido a um estado de miséria pela concorrência desenfreada dos capitalistas.

O capitalista tem seus homens trabalhando para ele, sem nenhum constrangimento. Quanto mais horas trabalhadas por eles, maior será o lucro.

Porém, o capitalista individual deve encontrar outros meios de aumentar sua produção sem que explore ainda mais o operário, já que o desenvolvimento nesta direção tem acusado limitações físicas. Mas essa limitação não existe em relação ao número de trabalhadores que podem ser empregados. Se ele emprega 10, 100 ou 1000 depende inteiramente da extensão do seu capital. E cada empregado a mais significa um aumento dos lucros.

Com o aumento do investimento em capital e do número de trabalhadores, vêm naturalmente, melhores máquinas, maior divisão do trabalho, melhoria dos métodos de obtenção de matérias-primas e de comercialização do produto. Portanto, não importa o quão rapidamente o número de trabalhadores em toda a indústria tem aumentado, pois a quantidade de capital necessária por trabalhador tem crescido muito mais rapidamente. E, à medida que o lucro do capitalista individual aumenta, cresce também o montante que ele é incapaz de consumir.

Para que o processo capitalista possa continuar se reproduzindo, esta acumulação deve ser constantemente reinvestida.

Neste ponto está a essência do enorme descompasso entre a agricultura e a indústria. As possibilidades de investimento na indústria são imensamente maiores do que as na agricultura. Isso não significa que um proprietário de terras que exerça a agricultura de uma forma capitalista, tem menos oportunidades de acumular lucros do que um capitalista industrial. Todavia, isso quer dizer que em qualquer dos distritos considerados, as possibilidades de investir capital na agricultura são mais limitadas que as possibilidades

de investimentos na indústria. As causas destas diferenças podem ser encontradas em várias considerações de ordem técnica e social.

A agricultura depende da produção e reprodução de organismos vivos. Este processo não pode ser arbitrariamente facilitado ou prorrogado através do aumento do número de trabalhadores dedicados a ele. A indústria, pelo contrário, pode-se desenvolver indefinidamente enquanto a oferta de trabalho e matérias-primas existirem.

A indústria é muito menos dependente da terra que a agricultura. Se um capitalista industrial tem bastante dinheiro, ele terá pouca dificuldade para elevar o número dos seus trabalhadores de 10 para 100, por exemplo. Pois é quase sempre seguro que a terra necessária para ampliação de seus prédios possa ser adquirida. O capitalista agrícola está em uma posição diferente. Para contratar dez vezes mais homens, ele deve ter dez vezes mais terras. Além de que, as terras seguintes as suas fronteiras é propriedade privada de seus concorrentes. E mesmo que ele seja capaz de conquistar as terras de algum desses concorrentes, ele vai apenas assumir os seus trabalhadores e, portanto, o número de trabalhadores no distrito não será aumentado. Em um país normalmente desenvolvido, o aumento do número de trabalhadores agrícolas está descartado a menos que haja uma mudança nas técnicas de produção.

Já na indústria, em um país ou região, pode haver o aumento das firmas, de seu tamanho médio e do número total de trabalhadores empregados, mesmo sem nenhuma mudança nos métodos de produção.

Avanços técnicos na produção também afetam a indústria e a agricultura de maneiras diferentes. Em ambos, com certeza, há a tendência de diminuição do número de trabalhadores em proporção a quantidade de capital investido no produto. No entanto, na indústria esta diminuição é apenas relativa, nunca absoluta. Além de que uma diminuição do número de trabalhadores, também tem tido um aumento rápido do capital investido e do valor agregado ao produto. Na agricultura, por outro lado, a diminuição do número de trabalhadores tem sido não só relativa, mas absoluta.

Esta diferença é ainda mais acentuada a partir de outra circunstância. Se desconsiderar a indústria, evidencia-se que a agricultura continuaria sendo a base da sociedade. Sem a produção constante de novos produtos agrícolas não haveria a possibilidade de sobrevivência. Nas cidades, dificilmente poderíamos subsistir por um dia sem uma nova oferta de farinha, leite, carne e legumes. Entretanto, ainda poderíamos usar os nossos casacos e chapéus mais um pouco e, portanto, não precisaríamos de novos produtos imediatamente. Assim como o fabricante de mercadorias de algodão não pode

passar sem importar esta matéria prima, entretanto se suas máquinas de fiação estiverem velhas, ele poderá usá-las por mais um período ainda.

Mas isso não é tudo.

Os produtos agrícolas são menos variados do que os industriais e seu valor é mais estável. Grãos e leite, carnes e batatas estão em toda parte e são os principais meios para subsistência; eles, por exemplo, não estão sujeitos a variações como as da moda. Se você desejar um casaco novo, quantos materiais estariam à sua disposição? E como fazer com a rápida mudança na moda? Por outro lado, a fiandeira que precisasse de uma nova máquina teria que escolher entre muitas opções, além de o progresso na indústria exigir constantemente novas e melhores máquinas.

Tudo isso resulta no fato de que há na indústria capitalista um poderoso fator que dificilmente aparece na agricultura, mesmo quando ela é realizada sob forma capitalista. Este fator é a concorrência, a disputa de várias firmas no mercado. O capitalista industrial deve prezar pelo seu mercado com muito mais cuidado do que o latifundiário. As dificuldades do agricultor em relação a seu mercado são trazidas pelo atravessador e não por seus concorrentes.

A relação entre as duas zonas muda constantemente em detrimento da indústria. O capital industrial cresce constantemente e a agricultura fica cada vez mais atrasada. A população industrial aumenta progressivamente e exige quantidades crescentes de produtos agrícolas para consumo e matérias-primas. E durante este tempo, naturalmente, a população agrícola está crescendo relativamente, se não absolutamente, menos que a demanda por produtos industriais.

Na luta da concorrência, a firma mais e melhor equipada tem uma vantagem sobre as outras. Conforme a competição se intensifica, maior é a necessidade de cada capitalista ampliar suas instalações e melhorar seus equipamentos.

Até aqui, temos visto a acumulação de capital apenas do ponto de vista da conveniência aos capitalistas individuais. Temos agora que olhar para ela de um ponto de vista diferente. A acumulação de capital é mais do que uma vantagem, é uma necessidade. O crescimento de sua indústria se torna a condição necessária para sua sobrevivência no capitalismo. Ele não pode esperar até que haja um crescimento na demanda por seus produtos, e deve aumentar sua produção. E se a demanda não aumentar naturalmente, ela deve ser estimulada artificialmente.

A intensidade da competição é resultado da necessidade de acumulação e expansão de capital, que é muito mais possível na indústria do que na agricultura. Este fato torna-se uma causa para o aumento dessa diferença.

Esta situação gera um importante problema.

A indústria deve desenvolver-se rapidamente sob condições capitalistas para que a sociedade não mergulhe na miséria. A agricultura está constantemente precisando de menos trabalhadores. E mesmo quando o número de trabalhadores agrícolas permanece constante, o aumento da população é enviado para as cidades. Já a indústria constantemente atrai maior número de trabalhadores. Nestas condições, existirá a consequência de desemprego imediato se a indústria não se desenvolver com rapidez suficiente. E se a concorrência se tornar voraz, os melhores capitalistas serão forçados a se expandir. Mas se o mercado não acompanhar tal expansão capitalista, a falência será realidade para muitas firmas.

Então o crescimento da indústria deve acompanhar o da agricultura. A última é necessária para fornecer quantidades de matérias-primas e alimentos para consumo, além de também consumir os produtos industriais através da renda que recebem pelos produtos agrícolas comprados.

Mas como isso é possível se a acumulação de capital avança muito mais rapidamente na indústria do que na agricultura?

Malthus via que a população cresce geometricamente, ou seja, como a progressão 1, 2, 4, 8, 16, etc., enquanto o aumento dos meios de vida cresce aritmeticamente como a progressão 1, 2, 3, 4, 5, etc. Ele via isso como a lei da população. Na verdade, isto acaba por ser a lei da acumulação capitalista. Como tal, é menos terrível do que Malthus concebia. De acordo com ele, a população da região industrial aumenta geometricamente, enquanto a população rural permanece estacionária ou diminui. E ao mesmo tempo, a produtividade de um trabalhador industrial aumenta muito mais rapidamente a de um trabalhador agrícola. Assim, seria impossível para a zona industrial realizar a acumulação necessária para sua reprodução se estivesse limitada aos seus mercados iniciais. A acumulação capitalista na indústria somente pode avançar livremente quando a região agrícola, que fornece matérias-primas e consumo para os produtos industriais, seja constantemente ampliada.

A partir desta dupla relação que a produção agrícola tem com a industrial, uma ruptura entre elas pode se manifestar de duas formas. Uma, é que a demanda dos consumidores dos produtos industriais, isto é, os distritos rurais, não irão aumentar tão

rapidamente como a oferta das mercadorias, e assim, em seguida ocorrerá uma superprodução. A outra consequência é que a agricultura deixará de produzir uma quantidade suficiente de matérias-primas e alimentos, e, em seguida, teremos o aumento do custo de vida. Na medida em que estes fenômenos não são consequências de outras considerações fora dos limites da presente discussão, eles estão intimamente relacionados. Qualquer um pode afetar rapidamente o outro. O aumento dos preços gera um pânico que é apenas outro nome para a superprodução, e este pânico gera em seguida novamente uma queda dos preços.

Por outro lado, o constante esforço da indústria para aumentar sua influência sobre a região agrícola por meio de relações com o qual ela exerce sua atividade, pode assumir variadas formas. É verdade que este esforço é necessário para a sobrevivência do capitalismo, mas isso não significa que o capitalista é obrigado a recorrer a qualquer método particular de expansão.

Um método neste sentido é chamado de imperialismo. Isto foi precedido por outro método conhecido como livre comércio. Meio século atrás, este último foi considerado como a última palavra do capitalismo tal como o imperialismo é considerado hoje.

O livre comércio se tornou um meio para controlar o domínio da indústria capitalista inglesa. A Grã Bretanha era para ser a oficina do mundo e o mundo era para ser uma poderosa região agrária cuja função seria para exploração da mesma, para consumir as mercadorias inglesas e para fornecer matérias-primas e meios de subsistência necessários.

Mas este lindo sonho chegou rapidamente ao fim.

Os Estados agrários possuem a tendência de construir sua própria zona industrial. Os países da Europa Ocidental e os Estados do leste da América passaram por esta fase e se tornaram concorrentes da Inglaterra. Eles se opuseram ao sistema inglês de tarifação e livre comércio. A idéia do livre comércio era dividir as vantagens do comércio com as regiões agrárias do mundo, entre as grandes potências industriais. A Inglaterra teve que se defender contra a concorrência dos que se industrializaram também, determinando assim o início do imperialismo.

O imperialismo foi especialmente gerado pelo sistema de aplicação de capitais em países agrários. Como por exemplo, pela construção de ferrovias buscando o desenvolvimento das regiões pouco povoadas. Para protegê-las e assegurar seu funcionamento para os capitalistas, era necessário e dever dos governos que defendam tais interesses. Os governos, a casa dos capitalistas, naturalmente, servem para estes fins de

maneira eficiente. Estas observações também se aplicam aos grandes investimentos que procuram gerar o desenvolvimento das minas ou de qualquer outra fonte de riqueza.

Assim, esta situação desenvolveu-se a partir da tendência de exportação de capitais para as terras agrárias, esforçando-se para reduzir esses territórios a um estado de dependência política.

Outro elemento vai à mesma direção. Já foi observado que há uma tendência em todas as regiões agrárias para desenvolver sua indústria independente. No caso de um país que possui capital estrangeiro investido, ele é capaz de desenvolver sua própria indústria e manter sua independência política em benefício do capital estrangeiro de forma apenas temporária, como foi o caso dos Estados Unidos e da Rússia. Ao invés de fornecer matérias-primas e um mercado para os produtos industriais, eles logo se tornam um concorrente. Este fato transforma-se num motivo forte para forçar os capitalistas a tentar assegurar as novas terras, quer como colônias, quer como partes de uma esfera de influência. A fim de impedir a formação das indústrias e mantendo-a agrária, são criadas legislações desfavoráveis.

Essas são as principais raízes do imperialismo.

Vimos que o imperialismo substituiu o livre comércio como forma de reprodução capitalista. Isto nos deixou cara a cara com um problema importante: o imperialismo está sob a forma definitiva da política do mundo capitalista ou estamos a procurar outra ainda? Em outras palavras, o imperialismo é o único meio de manter a necessária relação entre indústria e agricultura dentro dos limites do sistema capitalista?

Não há dúvidas quanto à resposta. A construção de ferrovias, a exploração das minas, o aumento da produção de matérias-primas e meios de vida, se tornaram necessárias para a manutenção do capitalismo. A classe capitalista não vai cometer suicídio; nenhum partido capitalista estará disposto a se render em relação a essas coisas.

O esforço para conquistar regiões agrárias e para reduzir suas populações à escravidão é também vital para a própria reprodução do capitalismo, não possibilitando qualquer séria oposição de algum partido capitalista. A submissão destas terras só terá fim quando suas populações ou a classe operária dos grandes países industriais tornarem-se fortes o suficiente para romper com esta relação capitalista.

Esta lógica do imperialismo só pode ser superada pelo socialismo.

Todavia o imperialismo tem outra fase. O esforço para subjugar e prender regiões agrárias tem dado origem a sérios conflitos entre as grandes potências capitalistas. Estes conflitos provocaram a tremenda concorrência em matéria de armamentos, que finalmente

resultou na profetizada guerra mundial. Esta fase do imperialismo é necessária para a manutenção do capitalismo? Será que ela vai desaparecer apenas com o próprio capitalismo?

Não há nenhuma necessidade econômica para continuação da intensa concorrência na produção de armamentos após o encerramento da presente guerra. Na melhor das hipóteses, uma continuação serviria somente aos interesses de poucos grupos capitalistas.

A indústria capitalista, ao contrário, é ameaçada pelos conflitos entre os vários Estados. Todo capitalista com visão de longo prazo devem chamar aos seus companheiros: capitalistas de todo o mundo, uni-vos!

Em primeiro lugar devemos considerar a crescente oposição das regiões agrícolas mais desenvolvidas que ameaçam não apenas um ou outro governo capitalista, mas todos eles juntos. Isso faz referencia tanto para o ressurgimento da Ásia Oriental e da Índia como para o movimento pan-islamita do Oriente Próximo e do norte da África.

Existe ainda uma resistência crescente do proletariado das nações industriais ao constante crescimento dos impostos.

Tudo isso foi acentuado após o término da guerra dos Bálcãs, quando a corrida armamentista e os custos da expansão colonial chegaram a tal ponto que a acumulação de capital ficou ameaçada e com isso também as exportações, ameaçando assim a própria base do imperialismo.

O processo interno de acumulação industrial continuava graças ao desenvolvimento técnico da indústria, entretanto, o capital não estava mais sendo exportado para campos estrangeiros. Isso é provado pelo fato de que os governos europeus tiveram dificuldade para cobrir seus empréstimos, mesmo em tempos de paz, exercendo assim taxas de juros constantemente crescentes.

Aqui estão os números que mostram as cotações médias durante quase dez anos:

**Tabela 1:** Cotações médias durante quase dez anos

	<b>Empréstimo público a 3% na Alemanha</b>	<b>Renda de 3% na França</b>
<i>1905</i>	89	99
<i>1910</i>	85	97
<i>1912</i>	80	92
<i>1914</i>	77	83

Essa situação vai piorar depois da guerra se ainda houver aumento da corrida armamentista, continuando a fazer suas exigências no mercado monetário. O imperialismo está cavando sua própria sepultura. Antes meio de reprodução do capitalismo e agora se torna um obstáculo a isso.

Mas isso não permite dizer que o capitalismo está no fim de suas forças.

Enquanto for possível o desenvolvimento da expansão industrial pelos mais antigos Estados capitalistas, delimitando um equilíbrio com a produção agrícola, o capitalismo poderá continuar a desenvolver-se. Todavia, é possível, com certeza, romper com essa dominação através de uma revolta da classe trabalhadora. Mas até que tenha esgotado os recursos das regiões agrícolas que servem para as atividades dos países praticantes do imperialismo, não necessariamente haverá um perecimento através de um cataclismo econômico.

Na verdade esta falência econômica seria acelerada pela própria reprodução da política imperialista atual. Esta política não pode continuar por muito mais tempo.

Se o imperialismo for necessário para a manutenção do modo de produção capitalista, argumentos contra ele não teriam efeitos sobre a mente capitalista. Entretanto eles terão profunda significância se o imperialismo for apenas um entre vários meios de atingir o objetivo dos capitalistas.

Podemos dizer do imperialismo o mesmo que Marx disse do capitalismo: o monopólio gera a concorrência e a concorrência gera o monopólio.

A competição violenta das grandes firmas tem levado à formação de cartéis e a destruição de pequenas firmas, gerando a idéia de cartel das grandes potências financeiras. Somente então poderá se desenvolver a partir da presente guerra, uma combinação das nações mais fortes que irá pôr fim à fabricação competitiva de armamentos.

Do ponto de vista puramente econômico, portanto, não é impossível que o capitalismo esteja agora entrando numa nova fase, uma fase em que a política dos cartéis seria transferida para a política internacional, uma espécie de ultra-imperialismo. A classe trabalhadora teria a obrigação de lutar contra esta nova fase assim como fizeram contra o imperialismo, todavia o perigo não estaria na corrida armamentista nem na ameaça à paz mundial.

Esta análise foi concluída antes que a Áustria nos surpreendesse com seu ultimato a Servia. O conflito entre estas duas nações não derivou somente de tendências imperialistas. O nacionalismo do leste europeu ainda desempenha um papel revolucionário, sendo que no

conflito existente há a tendência nacionalista, bem como a imperialista. A Áustria tentou realizar uma política imperialista anexando à Bósnia e parecia estar a ponto de trazer a Albânia dentro da sua esfera de influência.

A partir disso, ela despertou o espírito nacionalista da Sérvia, que se sentiu ameaçado pela Áustria e assim tornou-se um perigo para o governo austríaco.

A guerra mundial chegou à Áustria, não pelo imperialismo ser necessário a ela, mas porque a Áustria, em razão da peculiaridade de sua organização, se colocou em risco por seguir uma política imperialista. Tal política pode ser plenamente seguida apenas por um Estado que seja internamente unido e que tenha anexado regiões agrárias muito menos civilizadas. Mas neste caso, um Estado dividido, com população eslava, tentou realizar uma política imperialista sobre um Estado vizinho também eslavo, cuja sociedade é muito parecida com a de seu inimigo imperialista.

Tal política só pode provocar, contra nós, terríveis resultados através de conflitos de interesses entre as grandes nações que adotam o imperialismo. Nem todas as conseqüências da presente luta já são visíveis. Ela poderá ainda aumentar a corrida armamentista entre as nações. Neste caso, a paz que existirá será apenas em razão de uma trégua. Mas de um ponto de vista puramente econômico, não há porque duvidar que ela resulte em uma Santa Aliança dos imperialistas. Quanto mais a guerra perdure, mais ela exaure todos os participantes, e mais perto nós chegaremos da resolução final, não importa quão improvável isso possa parecer no momento.

### **Ultra-imperialismo (Setembro 1914)**

O artigo abaixo foi concluído apenas algumas semanas antes do início da Guerra, e foi destinado para o número previsto no Congresso da Internacional. Como tantas outras coisas, este Congresso foi suspenso devido aos acontecimentos dos últimos dias. No entanto, embora de natureza puramente teórica, o artigo não perdeu sua relevância para a prática que procurou ajudar a explicar. Publicamos o artigo com a omissão de passagens relacionadas ao Congresso da Internacional e com a adição de algumas considerações sobre a guerra. -

Nota editorial *Die Neue Zeit*, 11 de Setembro de 1914

Temos visto que o avanço imperturbável do processo de produção pressupõe que os diferentes ramos estão na proporção correta. Mas também é evidente que, dentro do modo de produção capitalista, há uma constante movimentação para a violação deste equilíbrio, visto que dentro da especificidade do modo de produção capitalista há a tendência de que o desenvolvimento da indústria tende a ser muito maior do que o da agricultura. Por um lado, esta é uma razão importante para as crises periódicas que constantemente atingem o setor industrial, e que, assim, restaura a proporção correta entre os diferentes ramos da produção. Por outro lado, a capacidade de expansão da indústria capitalista aumenta a pressão para a submissão da zona agrícola pela industrial, proporcionando para ela, não só gêneros alimentícios e matérias-primas, mas também, consumidores. A importância da zona rural para a indústria é dupla, e a desproporção entre elas pode também ser definida de duas maneiras. Primeiro, o mercado dos produtos industriais nas zonas agrícolas não pode crescer tão rápido quanto à produção industrial, o que gera crises de superprodução. E em segundo, a agricultura não pode prever a quantidade de alimentos e matérias primas necessárias para acompanhar o rápido crescimento da oferta industrial. Esses dois fenômenos podem parecer mutuamente excludentes, mas na verdade, são estritamente inter-relacionados na medida em que derivam da desproporção entre a produção industrial e a agrícola. Ao contrário dos que afirmam, como sendo graças as flutuações na produção de ouro ou pelas alterações no poder dos produtores como dos consumidores, através de cartéis, políticas comerciais e políticas fiscais.

Um dos dois fenômenos, escassez ou superprodução, pode facilmente variar de um para o outro, pois derivam dessa desproporção. Um aumento dos preços sempre antecede o começo de uma crise, embora ela surja como excesso de produção, trazendo consigo um colapso dos preços. Entretanto, a movimentação constante dos países industrializados capitalistas para ampliar a zonas agrícolas envolvidos nas relações comerciais com eles, assume as mais variadas formas. Dado que esta prática é uma das próprias condições de existência do capitalismo, ainda está longe de ser provado que existiria somente uma forma indispensável para reprodução do modo de produção capitalista.

### **Do Livre comércio ao imperialismo**

Uma forma particular destes métodos é o imperialismo. Outra forma o precedeu: o livre comércio. Meio século atrás, o livre comércio era visto como a última expressão do

capitalismo, assim como o imperialismo é visto hoje. O livre comércio passou a imperar graças a superioridade da indústria capitalista inglesa. O objetivo da Grã-Bretanha era tornar-se a oficina do mundo e, portanto, o mundo deveria tornar-se uma zona agrária que iria adquirir os produtos industriais ingleses, fornecendo gêneros alimentícios e matérias-primas em troca. O livre comércio era o mais importante meio pelo qual esta zona agrícola poderia ser ampliada continuamente de acordo com as necessidades da indústria inglesa, assim, todos os lados eram beneficiados. De fato, os proprietários dos países que exportam para a Inglaterra eram tão inveterados defensores do livre comércio, como são hoje os industriais ingleses.

Mas este doce sonho de harmonia internacional chegou rapidamente ao fim. Como regra geral, as zonas industriais querem subjugar e dominar as zonas agrárias. Isto era verdade antes, já em relação à cidade frente o campo, e é ainda verdadeiro hoje, na relação entre o Estado industrial frente ao Estado agrário. Um Estado que permanece agrário se enfraquece política e economicamente, perdendo sua autonomia em ambos os aspectos. Daí os esforços para manter ou conquistar a independência nacional, ou para possuir a autonomia necessária para gerar, dentro do ciclo global de circulação capitalista internacional, esforços para gerar uma indústria autônoma forte que deva apresentar condições de constituir-se como capitalista. O desenvolvimento de mercados para produtos industriais estrangeiros no Estado agrário em si cria uma série de condições para isso. Ele destrói a indústria pré-capitalista interna liberando uma grande quantidade de força de trabalho que ficavam à disposição do capital como trabalho assalariado. Estes trabalhadores emigram para outros países com a indústria crescente se não conseguirem encontrar emprego em seu país de origem, entretanto preferem ficar em casa se a construção de uma indústria capitalista lhes proporcionar isto. O capital estrangeiro em si se infiltra no país agrário através da construção de ferrovias com o intuito de, em primeiro lugar desobstruí-lo, e, em segundo, desenvolver a produção das matérias-primas que inclui não só a agricultura, mas também as indústrias extrativistas e mineiras. A possibilidade de surgir outras empresas capitalistas cresce a partir daí. Em seguida, se uma indústria autônoma capitalista se desenvolve, ela passa a depender principalmente do poder político do Estado. Áreas como a Europa Ocidental e Oriental e os Estados Unidos se desenvolveram, passando de Estado agrário para Estado industrial, como oposição à indústria inglesa. Eles impuseram tarifas protecionistas contra o livre comércio Inglês, e, como alternativa a divisão internacional do trabalho entre as indústrias inglesas e a produção agrícola de todas as outras zonas que foram alvos da Inglaterra, estabeleceram a

divisão das zonas agrárias industriais que ainda permaneciam livres, entre os grandes Estados industriais, desde que elas não manifestassem resistência. A reação da Inglaterra a esta situação gerou o início do imperialismo.

O imperialismo foi particularmente encorajado a partir do sistema de exportação de capital para as zonas agrárias que emergiram ao mesmo tempo. O crescimento da indústria nos Estados capitalistas, hoje, é tão rápido que uma expansão suficiente do mercado não pode mais ser alcançada pelos métodos que foram empregados até 1870. Até então, os primitivos meios de transporte que existiam nas zonas agrárias eram suficientes, principalmente os canais que até então tinham sido a única forma possível de transporte em larga escala de alimentos e matérias-primas. As ferrovias eram então construídas quase que exclusivamente em regiões altamente industrializadas e zonas densamente povoadas. Agora, entretanto, tornaram-se o meio para exploração das zonas agrárias escassamente povoadas, fazendo o possível para levar seus produtos ao mercado, e também o meio para desenvolver sua população e sua produção.

Mas estas zonas não possuem as condições necessárias para construir suas próprias ferrovias. O capital necessário e a força de trabalho são fornecidas e dirigidas pelas nações industriais, alavancando o capital através do aumento das exportações de material ferroviário e da oportunidade das áreas recém-inauguradas de comprar os produtos industriais dos países capitalistas dando em troca os gêneros alimentícios e as matérias-primas. Assim, o intercâmbio de materiais entre agricultura e indústria aumentou consideravelmente. Mas, se uma estrada de ferro no deserto é um negócio rentável, caso seja mesmo, é somente porque, para obter a força de trabalho necessária para sua construção e a segurança necessária para as suas exigências operacionais, há a autoridade de um Estado forte e cruel o suficiente para defender os interesses dos capitalistas estrangeiros e até mesmo para ceder cegamente aos seus interesses.

Naturalmente, isto é mais bem executado pelos Estados nacionais de cada grupo capitalista. O mesmo é verdade no caso de licitações feitas para extração de minérios mais valiosos ou para incentivar a produção de culturas comerciais como é o caso do algodão e da construção de grandes obras de irrigação – as empresas tornam isto possível somente graças a exportação de capitais dos países industriais. Assim como a tendência para a exportação de capital por parte dos Estados industriais para as zonas agrárias do mundo cresce, o mesmo acontece com a tendência de submissão destas zonas ao poder do Estado capitalista.

Houve outra consequência importante em relação a isso: os efeitos das exportações de capital para as zonas agrárias com o objetivo de dirigi-las podem também ocasionar efeitos muito diferentes. Já temos apontado os efeitos negativos para os países agrários neste contexto, e como eles devem aspirar a tornarem-se países industrializados, com interesse de sua própria prosperidade ou mesmo autonomia. Em um Estado agrário com força para garantir sua autonomia, o capital importado será utilizado, não só para a construção de ferrovias, mas também para o desenvolvimento de suas próprias indústrias - como o caso dos EUA e da Rússia. Em tais circunstâncias, as exportações de capitais dos Estados capitalistas mais antigos, só ajudam temporariamente sua própria indústria de exportação. Em última análise, os velhos países capitalistas aleijam sua indústria simplesmente por fomentar uma forte concorrência econômica na zona agrária. O desejo de impedir essa situação é o motivo para os estados capitalistas subjugar as zonas agrárias, diretamente como colônias, ou indiretamente, como esferas de influência, a fim de impedir o desenvolvimento de sua própria indústria e obrigá-los a restringir-se inteiramente à produção agrícola.

### **O Perigo Colonial e o Fardo das Armas**

Estas são as principais raízes do imperialismo que substituiu o livre comércio. Será que ele representa a última forma possível da política capitalista mundial ou outra ainda é possível? Em outras palavras, o imperialismo oferece a única forma restante e possível para proporcionar o equilíbrio entre a indústria e a agricultura no capitalismo? Esta é a pergunta básica.

Não pode haver dúvida de que a construção de ferrovias, a exploração de minas e que o aumento da produção de matérias-primas e produtos alimentares nos países agrários tornaram-se uma necessidade para a vida do capitalismo. É muito pouco provável que a classe capitalista cometa suicídio, sendo verossímil para todos os partidos burgueses sobre as zonas agrárias que a redução de suas populações a escravos sem direitos, está estritamente ligada ao imperialismo. A submissão destas zonas só chegará ao fim quando suas populações ou o proletariado dos países industrializados capitalistas tiverem se tornados fortes o suficiente para se libertarem da opressão capitalista. Este lado do imperialismo só pode ser superado pelo socialismo.

Mas o imperialismo tem outro lado. A tendência de ocupação e submissão das zonas agrárias produziu contradições entre os Estados capitalistas industrializados. O

resultado que a corrida armamentista, que anteriormente era apenas uma corrida para armamentos terrestres e que se tornou uma corrida de armamentos navais, tornou-se a causa da profetizada Guerra Mundial. Este lado do imperialismo é, sobretudo, uma necessidade para a sobrevivência do capitalismo ou isso pode ser superado no interior do próprio capitalismo?

Não há nenhuma necessidade econômica para a continuação da corrida armamentista após a Guerra Mundial, mesmo na perspectiva da classe capitalista, com exceção de, no máximo, certos grupos que lucrariam ainda com determinadas guerras. A manutenção do imperialismo gera para a economia capitalista séria ameaça por formar contradições entre seus membros. Todo clarividente capitalista deve recorrer a seus companheiros: capitalistas de todos os países, uni-vos! Pois, em primeiro lugar, há a crescente oposição das zonas agrárias mais desenvolvidas, o que ameaça não apenas um ou outro dos Estados imperialistas, mas todos eles juntos. Isso é verdade para a situação da Ásia Oriental e da Índia, assim como o movimento pan-islâmico no Médio Oriente e no norte da África.

Esse aumento vem acompanhado pela oposição crescente do proletariado dos países industriais contra qualquer aumento de nova carga tributária. Mesmo antes da guerra era evidente que desde a Guerra dos Bálcãs, a corrida armamentista e os custos de expansão colonial atingiriam um nível que ameaçaria o crescimento rápido de acumulação de capital, e assim, a exportação deste capital, ou seja, a base do próprio imperialismo. A acumulação industrial dos países avança continuamente ainda graças ao progresso técnico. Mas o capital já não se direciona para exportação. Isto é visível a partir de que, mesmo em tempos de paz, os Estados europeus tiveram dificuldades para cobrir seus empréstimos. A concessão das taxas de juros que eles foram forçados a pagar subiu. Isto se revela, por exemplo, pelas cotações médias de mercado em quase dez anos:

**Tabela 2:** Cotações médias durante quase dez anos

	<b>Empréstimo público a 3% na Alemanha</b>	<b>Renda de 3% na França</b>
<i>1905</i>	89	99
<i>1910</i>	85	97
<i>1912</i>	80	92
<i>1914</i>	77	83

Após a guerra esta tendência vai piorar se a corrida armamentista e suas demandas no mercado de capitais continuarem a crescer.

O imperialismo vai assim cavar sua própria sepultura. O meio para desenvolver o capitalismo está se tornando um obstáculo a ele. No entanto, o capitalismo não necessariamente está no fim de suas forças. Do ponto de vista puramente econômico, ele pode continuar a se desenvolver desde que o crescimento das indústrias dos países capitalistas estimule a produção agrícola a se expandir de maneira proporcional. Isto se torna cada vez mais difícil, claro, com a produção anual do mundo industrial aumentando muito mais e ainda a abertura de zonas agrárias tornando-se cada vez menores. Enquanto este limite não for atingido, o capitalismo pode ser destruído no cerne da crescente oposição política do proletariado, mas não necessariamente chegaria ao fim por um colapso econômico.

Por outro lado, essa bancarrota econômica iria ocorrer prematuramente como resultado da reprodução da atual política do imperialismo. Esta política do imperialismo, portanto, não pode ser reproduzida por muito mais tempo. Claro que, se a atual política do imperialismo for indispensável para a manutenção do modo de produção capitalista, pode em seguida, os fatores a que me referi não fazer nenhum efeito duradouro sobre a classe dominante e não levá-los a dar um rumo diferente às suas tendências imperialistas. Mas essa mudança só será possível se o imperialismo, ou seja, a luta de cada grande Estado capitalista para alargar o seu próprio império colonial em oposição a todos os outros impérios da mesma natureza, representar apenas um entre vários modos de expansão do capitalismo.

### **A Próxima Fase: Ultra-Imperialismo**

O que disse Marx do capitalismo também pode ser aplicado ao imperialismo: o monopólio cria concorrência e a concorrência gera o monopólio da concorrência. A concorrência desenfreada de grandes empresas, grandes bancos e multimilionários, abrigando os grandes grupos financeiros que foram absorvendo os pequenos, representam a noção para pensar a formação de cartéis. Da mesma forma, o desencadeamento que a Guerra pode gerar entre as grandes potências imperialistas pode ser a formação de uma federação forte que renuncie a corrida armamentista.

Assim, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda possa existir através de outra fase, a versão de uma cartelização na política externa: a fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos lutar contra com a mesma energia como fazemos contra o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra direção, que não na da corrida armamentista e na da ameaça à paz mundial.

A exposição acima foi concluída antes que a Áustria nos surpreendesse com o seu ultimato à Sérvia. Conflitos como esse não surgem meramente de tendências imperialistas. No Leste Europeu, o nacionalismo ainda é uma força motriz revolucionária, e o atual conflito entre a Áustria e a Sérvia tem essas raízes bem como as imperialistas também. A Áustria tentou projetar uma política imperialista anexando a Bósnia e ameaçou incluir a Albânia em sua esfera de influência. Isto despertou a oposição nacionalista da Sérvia que se sentiu ameaçada pela Áustria e agora é um perigo para a existência da Áustria.

A Guerra Mundial não incluiu a Áustria porque o imperialismo era uma necessidade para ela, mas porque, devido sua própria estrutura, ela é ameaçada por seu próprio imperialismo. O imperialismo só poderia ser praticado por um Estado internamente homogêneo que possui zonas agrárias culturalmente distintas. Mas neste caso, com um território nacional dividido, um Estado semi-eslavo queria praticar o imperialismo à custa de um vizinho eslavo, cuja cultura tem a mesma origem das regiões vizinhas de seu oponente. Naturalmente, esta política só pode ter conseqüências inesperadas e enormes, porque há contradições e conflitos que o imperialismo criou entre as outras grandes potências. Todas as conseqüências do amadurecimento no seio da atual Guerra Mundial ainda não viram a luz. O seu resultado ainda pode ser a insistência das tendências imperialistas de acelerar a corrida armamentista logo na seqüência do término dos conflitos sendo que, nesse caso, a paz posterior será um armistício curto.

Mas do ponto de vista puramente econômico não há mais nada para evitar que esta explosão de violência finalmente substitua o imperialismo por uma santa aliança dos imperialistas. Quanto mais tempo durar a guerra esgotando todos os principais participantes fazendo que eles se recolham pelo receio de uma repetição do início do conflito armado, mais perto se chegará a esta última solução, mais improvável que isto possa parecer no momento.

### **Preparação para a Paz (Outubro de 1914)**

Karl Kautsky, Preparação para a paz, Justiça, 1 de Outubro de 1914, p.2.

Transcrito por Ted Crawford.

Marcado por Einde O'Callaghan para os marxistas Internet Archive .

Em relação ao título acima Karl Kautsky publicou recentemente um artigo na *Neue Zeit*.

Segue o resumo:

A Guerra é realizada não para obter a vitória, mas para estabelecer uma paz vantajosa. Mesmo aqueles que pensam que a guerra tem sua utilidade na vida dos povos só entendem que ela é boa caso se constitua como meio de trazer uma condição melhor e mais pacífica do que o momento anterior. Qualquer guerra que deixe as coisas numa condição pior seria considerada unanimemente uma desgraça. Por outro lado, aqueles também que decididamente se opõem à guerra, uma vez que contrariados, teriam que se esforçar para que ela gerasse uma paz vantajosa.

### **Uma "Paz Vantajosa"**

Mas então, o que é vantajoso? "O que para um é uma coruja, é para o outro um rouxinol." Uma coisa, porém, seria geralmente admitido. Para as massas, uma paz vantajosa é aquela que promete ser de longa duração e que garanta uma relação pacífica entre os povos.

A paz como resultado de uma trégua seria absolutamente prejudicial. Ela seria usada por cada nação para acumular armamentos novos. E qualquer recuperação econômica, originária das feridas da guerra, se tornaria impossível.

A maior promessa de que a paz dure é quando os seus resultados encontram-se na direção do desenvolvimento histórico. Resultados que vão contra este desenvolvimento são, no entanto, uma fonte de isolamento permanente que não permitem que as populações retornem a um estado de descanso.

A independência dos povos - isto é, a democracia - está na direção do desenvolvimento histórico. Esta democracia foi representada há cem anos, principalmente, pela burguesia e pelo liberalismo. E hoje ela é representada pelo proletariado e pela Social-Democracia, em cada caso, uma crescente classe em desenvolvimento.

### **Estados Baseados em Nações**

A democracia só pode encontrar sua melhor expressão a partir de um Estado que consista de uma nação, com uma língua única. A produção moderna gera um contato maior entre as pessoas. Quanto mais diminuïrem as divisões internas e os membros do Estado falar a mesma língua, a vida econômica, a do intelectual e do político podem proceder com mais eficiência. E com esse método na produção, surge a cooperação das classes inferiores para a vida intelectual e política, o que significaria o fortalecimento para toda a nação. Um Estado composto por várias nacionalidades que entre em colisão hostil com outro teria, como efeito, uma paralisa de seu progresso econômico e político ainda mais intenso que o progresso derivado do desenvolvimento antes dos conflitos.

Seria, portanto, uma regressão se algum dos grandes Estados nacionais que estão em guerra busque a vitória a fim de anexar o território estrangeiro, e assim tornar-se um Estado com nacionalidades ao invés de um Estado nacional. Isso seria uma grande desgraça não só para o derrotado, mas também para o vencedor. Tal ação também seria um prejuízo para a independência das nações, pois cada uma das nações envolvidas juraria só querer proteger sua própria independência e integridade.

### **A Liberdade do Domínio Estrangeiro**

Isso não quer dizer que qualquer mudança no mapa da Europa estaria em contradição com este princípio. A derrubada da dominação estrangeira em algumas nações seria benéfica para a situação acima descrita. Se, por exemplo, a Rússia fosse derrotada, os habitantes da Polônia, as províncias do leste do Mar e a Finlândia iriam reivindicar o direito de gerir seus próprios assuntos sem coerção externa, o que estaria bastante de acordo com as leis da democracia. O mesmo aconteceria no Egito persa.

Também é de suma importância para todas as nações que quando a guerra chegar ao fim, as causas que a produziu devam ser superadas. Um conflito local entre a Áustria e a Sérvia não teria capacidade de resolver-se neste mundo em chamas como neste momento, pois a competição de armamentos já tinha dividido a Europa em dois campos hostis. Para acabar com esta situação atual deve ser mais fácil esperar o término dos conflitos. Pois, provavelmente as nações derrotadas serão obrigadas a se desarmar e isso, indiretamente, afetará também os armamentos de seus antagonistas.

### **Desarmamento Compulsório**

A partir deste desarmamento obrigatório pela nação derrotada, o nosso papel como social-democratas é protestar contra quaisquer formas humilhantes de degradação que possa vir a acontecer. Mas a coisa em si é muito seria para somente ficar no desejo. Social-democratas em todos os países apoiarão o desarmamento, assim a diminuição da ameaça de armamento por seus vizinhos irão dar-lhes mais confiança para defender tal desarmamento.

Um terceiro ponto a ser considerado é a respeito dos tratados comerciais. Os tratados existentes serão destruídos pela guerra, e novos acordos, que até agora são inatingíveis devido a pressão que a guerra produz, podem tornar-se viáveis e concluídos. É possível que o vencedor, a partir de seus interesses, possa forçar o livre comércio ou algo próximo a isso às nações derrotadas. Ou mesmo, que várias nações possam constituir-se a partir de um Zollverein. O que significaria progresso se isto não fosse usado como um meio de delimitar o livre comércio somente entre os países nesta área protegida, isto deve ser combatido.

### **A Social-democracia para a Paz**

Seria prematuro especular agora sobre possíveis deslocamentos de poder e suas conseqüências. Não podemos "dividir a pele do urso antes dele ser morto", todavia isto pode ser dito agora: em todos os países, a Social-democracia será, certamente, o primeiro partido a demandar a conclusão da paz e sempre trabalhar no sentido da moderação.

O sucesso que deveremos encontrar depende das condições que não podem ser reconhecidas hoje. Não são as pessoas que decidem sobre a paz mais do que decidem sobre a guerra. Entretanto, mesmo os Estados absolutistas devem contar com uma opinião pública fortemente ativa.

Entre as classes dominantes, as maiores diferenças estão muitas vezes em relação aos termos de paz. Nos casos em que as decisões estejam em equilíbrio, a consideração do povo pode ter algum peso, mesmo onde, em outros momentos, as pessoas não eram sequer consultadas.

## **3 O capitalismo, o imperialismo e o Ultra-imperialismo: vésperas da Primeira Grande Guerra**

Segundo o objetivo de conhecer mais sobre o autor, Mattick pontua:

A consciência de Karl Kautsky formou-se na época em que a social-democracia alemã tomava forma. Austríaco [dominação austríaca sobre Praga] de nascença, era filho de um artista plástico ligado ao Teatro Imperial de Viena. Desde 1875, atingida então a maioridade, passou a colaborar na imprensa operária. Porém, seria só em 1880 que viria a aderir ao partido social-democrata alemão e, daí em diante, dedicou-se, segundo as suas próprias palavras, «a evoluir em direção a um marxismo conseqüente, metódico». Foi a leitura do Anti-Dühring de Engels que, como a muitos outros, o viria a atrair para aquela via e ficou a dever uma boa parte da sua orientação a Edouard Bernstein, na época secretário do «milionário» socialista Höchberg (que financiou a publicação das suas primeiras obras). (MATTICK 1939)

### **3.1 *Produção industrial X Produção agrícola***

Kautsky identifica que a indústria acelerou seu desenvolvimento a partir da criação do sistema salarial e pela substituição da produção simples pelo modo de produção capitalista. Segundo o autor, a firma aumenta o número de trabalhadores gerando maior obtenção de lucros, dependendo somente da extensão de seu capital. O crescimento do investimento em capital e em trabalhadores exige melhores máquinas, especialização da divisão do trabalho e desenvolvimento dos métodos de obtenção de matérias-primas e comercialização do produto. Logo, o que o autor identifica como motor do capitalismo é a capacidade de reinvestimento a partir desta acumulação de capital ao longo dos períodos lucrativos. Esta característica possibilita entender as diferenças entre a produção industrial e a agrária, já que nesta última, a possibilidade de reinvestimento é muito mais restrita, explica o autor.

Kautsky identifica as distinções essenciais entre a produção agrícola e a produção industrial. E que tais diferenças eram devido ao tipo de relação que a segunda mantinha com a primeira.

A produção agrícola é dependente de fatores naturais e possui limitações físicas, devido o fato que a quantidade de terras disponíveis no mundo é limitada e pelo fato de que as terras vizinhas são propriedades privadas de outros produtores. Já a produção industrial tem sua expansão dependente sobretudo da existência de oferta de mão-de-obra e de matérias primas, além de que sua possibilidade de expansão física é mais viável. Outro ponto importante para esta diferenciação está no avanço tecnológico que gera maior produtividade na indústria e, em ambas, ocorre uma diminuição do número de trabalhadores. Por fim, o autor constata a dependência que a humanidade tem em relação à

agricultura, considerando que sem estes produtos não há como manter as necessidades básicas por muito tempo, já em relação ao produto industrial, como um casaco, não há a necessidade de que ele seja comprado no curto prazo. Além de que, como explica o autor, a produção industrial não sobreviveria sem a compra de matérias primas já no curto prazo.

Entretanto, Kautsky mostra que a principal diferença entre os dois tipos de produções é a existência da concorrência entre as firmas numa indústria. Marx e Engels descrevem as características do surgimento da grande indústria e da concorrência, autores que constituíram as bases de Kautsky:

As outras condições dessa nova fase, tais como a liberdade da concorrência no âmbito da nação, o aperfeiçoamento da mecânica teórica, etc.(...) A grande indústria tornou a concorrência universal (ela representa a liberdade comercial prática, e as medidas alfandegárias protecionistas representam para elas apenas um paliativo, uma arma de defesa no interior da liberdade do comércio), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial, colocou o comércio sobre seu domínio, transformou todo capital em capital industrial e deu origem, assim a circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e a concentração rápida de capitais. (...) De modo geral, aniquilou todo elemento natural na medida em que isso é possível no âmbito do trabalho, e conseguiu dissolver todas as relações naturais para transformá-las em relações monetárias. No lugar das cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que brotaram como cogumelos. Por toda parte por onde penetrou, ela destruiu o artesanato e, de modo geral, todos os estágios anteriores da indústria. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo. (...) Em geral, a grande indústria criou por toda parte as mesmas relações entre classes da sociedade e destruiu por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses particulares, a grande indústria criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade já esta abolida, uma classe que realmente se desvencilhou do mundo antigo e que ao mesmo tempo a ela se opõe. Não só as relações com o capitalista se tornam insuportáveis para o operário, mas também seu próprio trabalho. (MARX; ENGELS 2007 p. 72)

Segundo Kautsky, a concorrência, conjuntamente com os aspectos individuais presentes na produção industrial, como a alta absorção do desenvolvimento tecnológico, impulsiona o desenvolvimento da zona industrial diferentemente do que na zona agrícola, que se torna relativa e absolutamente mais atrasada. Isto é, a acumulação de capital é uma necessidade devido à concorrência, pois o capitalista que não praticar medidas buscando se destacar no mercado (diminuindo custos e desenvolvendo suas tecnologias) será excluído dele (falência de sua firma). O descompasso entre o desenvolvimento das duas zonas gera, segundo o autor, um aumento do consumo por produtos agrícolas (considerando o maior crescimento do país industrial) e uma diminuição da demanda pelos produtos industrializados (já que a população rural cresce menos que a produção industrial, e o

próprio trabalhador deste país não têm condições de consumi-las em sua maioria). Assim, o autor entende que a zona agrária não possui condições para fazer com que sua demanda acompanhe o crescimento da oferta dos produtos industriais assim como a de expandir sua produção agrícola a fim de suprir a demanda do país industrial.

Kautsky interpreta a lei da população de Malthus (de que a produção de alimentos cresce aritmeticamente enquanto a população cresce geometricamente) como também sendo a lei da acumulação capitalista. Ou seja, a população da zona industrial aumenta em progressão geométrica (assim como a produtividade deste trabalhador) enquanto a população rural diminui ou fica constante (assim como a produtividade do trabalhador agrícola). Entretanto, o problema está no fato da zona industrial não conseguir se expandir se não houver condições para ampliação da zona rural fornecendo matérias primas e consumidores para suas mercadorias.

Entende-se então que a dependência estrutural em relação à produção agrícola é inquestionável, seja para a existência do ser humano, seja para a sobrevivência da indústria. Segundo o autor, as principais conseqüências de uma ruptura entre a indústria e a agricultura seriam ora uma superprodução de mercadorias ora um forte aumento dos preços agrícolas. Logo, a zona industrial tem a necessidade de manter uma influência sobre a zona agrícola para não gerar crises no capitalismo. Ele contrária as teorias que explicariam as crises (superprodução industrial e/ou inflação dos produtos agrícolas) a partir das flutuações de ouro, da formação de cartéis e de políticas comerciais e/ou fiscais. O autor explica que para o capitalismo não entrar em crises, indo contra os interesses dos capitalistas, é primordial a eficiência na geração de empregos abarcando o crescimento da zona industrial e a imigração proveniente da zona rural. Assim, Kautsky defende que a indústria deve-se adequar as formas capitalistas de imediato para gerar empregos visando os operários em potencial que estavam desempregados até então.

A citação abaixo mostra a tendência descrita por Marx e Engels na *Ideologia Alemão*, de que a cidade tende a subjugar o campo,

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincianismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias (...)  
(MARX; ENGELS 2007 p.55)

Este trecho ajuda explicar a defesa de Kautsky para que os países agrários se industrializem, pois permanecer agrícola propicia esta dominação, prejudicando seu poder

político e econômico, perdendo sua autonomia. Por este motivo, o autor defende que o Estado rural deve juntar esforços a fim de impulsionar sua indústria, adquirindo maiores poderes político-econômicos no mercado internacional. A necessidade dos países agrários em desenvolver sua indústria, gera também maior capacidade na geração de empregos. Ele descreve que uma via para este desenvolvimento da indústria interna seria aproveitar o investimento estrangeiro na construção de ferrovias, indústrias extrativistas e minerais, e do próprio melhoramento da produção agrícola. Assim como fizeram países da Europa Ocidental e Oriental e dos Estados Unidos, estabelecendo tarifas protecionistas em oposição ao livre comércio inglês (primeiro país industrial). Atrelado a isso, o autor defende que o país agrário estimule seu espírito nacionalista para gerar uma oposição organizada ao imperialismo.

### **3.2 O imperialismo kautskysta**

Segundo o autor, somente um método que mantém o capitalismo equilibrado, sem crises, é o imperialismo. O método que o antecedeu foi o livre comércio, cujo objetivo era fazer com que o resto mundo fosse uma região agrária que consumisse os produtos industriais ingleses e fornecessem matérias primas. O autor explica que o desenvolvimento da indústria nacional de alguns desses Estados agrários os transformaram em concorrentes da Inglaterra, como foi o caso de países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. A intenção do livre comércio inicialmente era propiciar a repartição dos ganhos desse comércio entre as nações agrárias do mundo e as grandes nações industriais. Todavia, a oposição destes novos concorrentes frente às normas inglesas de concorrência fez com que a Inglaterra se defendesse através do imperialismo. Ele melhor define o termo como “a luta de cada grande Estado capitalista para alargar o seu próprio império colonial em oposição a todos os outros impérios da mesma natureza”.

Kautsky considera que até 1870 não havia a necessidade de que o Estado investisse em meios para o desenvolvimento da dominação produtiva na zona agrária. Após esta data, o avanço industrial exigiu que fossem desenvolvidos no país agrário subjogado, os meios de transportes como canais de navegação e ferrovias, além de ter que proporcionar maior inserção da população local aos seus produtos industrializados (importados). Os recursos e condições que existiam nos territórios coloniais até antes deste período, eram suficientes para o nível da produção industrial. Assim, o investimento do Estado em outras regiões é

parte da essência do imperialismo, pois somente ele determina uma dependência político-econômica.

A política usada pela Inglaterra para manter este equilíbrio no comércio entre países, até a década de 1870, era a da livre concorrência, após este período, a política usada pelos novos países industriais (e pela Inglaterra) passou a ser o imperialismo. Ou seja, o autor entende que este imperialismo surgiu essencialmente pela necessidade de expansão do capital dos países industriais (Inglaterra e os novos industriais) para os países agrários. Ele define o conceito como sendo a política dos grandes Estados capitalistas efetuando investimentos cujo intuito é proteger e assegurar o poder sobre a zona rural, construindo ferrovias, assegurando matérias-primas e meios de existência, gerando uma dependência política, além de estabelecer uma legislação que a impeça de formar sua própria zona industrial. A intenção do país industrial é ter o país agrário como colônia ou como área de influência, todavia países como os EUA e Rússia, segundo Kautsky, conseguiram aproveitar esta dominação para formar indústrias dentro de seu território, tornando-se concorrentes da Inglaterra. Além disso, ele entende que o nacionalismo tem um papel revolucionário para que os países agrários possam reagir contra a opressão imperialista, citando o exemplo da Servia que teria se sentido ameaçada pela política imperialista da Áustria, tendo despertado seu espírito nacionalista.

Portanto, o imperialismo kautskysta seria uma política adotada pelo Estado industrial para dominar a zona agrária, forçando este equilíbrio através da ação militar ou de investimentos diretos. A primeira transforma o país agrário em colônia e a segunda gera uma dependência político-econômica.

Como exemplo, Eric Hobsbawm<sup>4</sup> (ver bibliografia) descreve o nascimento deste imperialismo. Ele afirma que quando a industrialização baseada em têxteis parecia chegar a seus limites, uma nova fase da industrialização iniciava-se apontando principalmente para as indústrias de bens de capital, carvão, ferro e aço, que se desenvolviam a partir da metade do século XIX, possibilitando alavancar as exportações britânicas. Segundo o autor, essas exportações aumentaram como nunca, ao passo que a produção de algodão (principal matéria prima da Primeira Revolução Industrial) desacelerava, embora tenha quase dobrado. E o avanço tecnológico atingia vários ramos da produção, como por

---

<sup>4</sup> Eric John Earnest Hobsbawm, historiador inglês, nascido no Egito (ainda sob domínio inglês) em 1917. Escreveu *Industry and Empire (1968)* traduzido no Brasil como *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*.

exemplo, os transportes (estradas de ferro) e a navegação (agora a vapor), impulsionando a abertura de novos mercados, além da expansão dos antigos. Hobsbawm descreve que a grande indústria (principalmente inglesa) continha as bases para dar passos mais largos a fim buscar expropriações em zonas que não estavam preparadas para concorrer com esse capital crescente. Até aqui, as demais regiões do globo que não partilharam das revoluções industriais (latino – americanas, africanas e asiáticas) serviam para receber as exportações de mercadorias e de capital das zonas industriais. Sendo esses países alvos de diversas expropriações, dado, por exemplo, pelos saques de ouro e prata no período colonial latino americano por países europeus (diretamente por Portugal e Espanha, e indiretamente por países como Grã Bretanha, França, Holanda, Bélgica, entre outros), pela Conferência de Berlin (partilha dos países da África como colônias, entre as principais potências capitalistas entre 1884-85, sem mesmo levar em conta as inúmeras diferenças entre os povos), etc.

A descrição feita por Hobsbawm desse imperialismo poderia se dizer que coincide com Kautsky

A Grã-Bretanha achava-se por demais comprometidas com a tecnologia e a organização comercial da primeira fase da industrialização, que lhe haviam servido tão bem para avançar com entusiasmo e embrenhar-se no campo das novas e revolucionárias tecnologias e organização industrial, que ganharam o primeiro plano na década de 1890. Isso lhe deixou apenas uma saída – uma saída tradicional para a Grã- Bretanha, embora agora também adotada pelas potências concorrentes; a conquista econômica (e cada vez mais, política) de áreas do mundo até então inexploradas (...). (HOBSBAWM 1979 p. 120)

### 3.2.1 O debate sobre a definição do termo imperialismo

No livro, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito por Lênin, há diversos momentos em que ele expõe críticas a Kautsky a fim de contrapor a interpretação deste a cerca do imperialismo (e do ultra-imperialismo)<sup>5</sup>.

Segundo Lênin, o resumo da história dos monopólios é dividido em três períodos: primeiro, nas décadas de 1860 e 1870, a livre concorrência se expandia e os monopólios já se constituíam como embriões, mesmo que quase imperceptíveis. O segundo, depois da

---

<sup>5</sup> Além do livro *A Revolução Proletária e o renegado Kautsky*, também escrito por Lênin, que tem como objetivo determinar que Kautsky fosse um renegado do marxismo por ter ido contra a revolução socialista naquele momento. A crítica de Lênin vai ao sentido de mostrar um paradoxo no método usado por Kautsky em suas interpretações (ao defender a social-democracia sobretudo).

crise de 1873, houve longo período de desenvolvimento dos cartéis, entretanto, nada sólidos, representando ainda um fenômeno embrionário. Por fim o terceiro período, em fins do século XIX e na crise de 1900 a 1903, são momentos determinantes para que os cartéis passassem a ser uma das bases de toda a vida econômica. Segundo o autor, o capitalismo da livre concorrência (o industrial descrito no primeiro capítulo) transforma-se assim em capitalismo monopolista. Assim, segundo Lênin, “O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.” (LÊNIN 1916 p. 20)

Para Lênin, o imperialismo pode ser dividido em cinco fatores para ser explicado. Primeiro, a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica. Segundo, a fusão do capital bancário com o capital industrial e criando o “capital financeiro” da oligarquia financeira. Terceiro, a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande. Quarto, a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si. E por último, o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes, como colônias ou áreas de influência. Lênin vê o imperialismo como mecanismo, principalmente e inevitavelmente econômico sob função dos interesses do capital financeiro, como um recurso para anexação não só de áreas agrárias, mas de qualquer área que possa ser explorada economicamente, direta ou indiretamente, pelo país imperialista. O Estado age para amparar a expansão deste capital financeiro através de políticas econômicas e de ações político-militares influenciado por tais interesses econômicos, que no capitalismo moderno são os interesses dos capitais financeiros. Processo que tem como conseqüências a formação de Estados rentistas e parasitas econômicos, como define Lênin.

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. (...) Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como urna das tendências do imperialismo, a formação de ‘Estados’ rentiers, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do ‘corte de cupões’. (LÊNIN 1916 p. 60)

Em suma, o imperialismo para Lênin parte do desenvolvimento do capitalismo, cujo elemento fundamental deste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pela concorrência monopolística (simbolizando para ele a transição do capitalismo para um regime posterior ou superior, em relação ao desenvolvimento histórico). A livre concorrência seria a característica fundamental (e mais democrática nesta lógica) do capitalismo e da produção mercantil em geral. O monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, ele cria a grande produção, eliminando a pequena, substituindo-a por outra ainda maior, concentrando a produção e o capital até surgir o monopólio e conseqüentemente, cartéis, trustes e holdings. Fundindo esse capital industrial a uma dezena de bancos já fundidos, que os influenciam de acordo com sua busca por juros, surgindo assim, o monopólio financeiro. O imperialismo leninista significa, portanto, a união do capital financeiro (fusão do monopólio industrial com o monopólio bancário) com o Estado (de maneira óbvia, pois o Estado é seu representante), a partir de interesses de classe, buscando expandir suas expropriações para zonas pré - capitalistas ou zonas com capitalismo em estágios anteriores, produzindo mais valia. Como conseqüências deste processo formam-se parasitas econômicos e Estados rentistas, ou seja, famílias e Estados que sobrevivem pela apropriação de juros.

Lênin, ao estabelecer sua teoria sobre o imperialismo, faz críticas à definição de Kautsky. Ele acredita que Kautsky reduz a definição de imperialismo ao definir como mera opção política, contrariando a necessidade da reprodução do capital como parte da essência do imperialismo. Ou seja, para Lênin, o imperialismo é um mecanismo essencialmente econômico sob função do capital financeiro, buscando recursos para exploração, não só de áreas agrárias, mas de qualquer área que possa interessar, direta ou indiretamente, ao país imperialista. Feito não de maneira militar, mas através de prática pacífica que preza pela dominação financeira e não necessariamente pela dominação militar. Expansão amparada pelo Estado, através, por exemplo, de doutrinas<sup>6</sup>, diplomacias, acordos, etc.

Portanto, para Lênin, não havia motivo para pensar numa opção política dos Estados para dominação direta de países agrícolas, já que quem movia esta prática era o capital, que passava a ser totalizado pelo Capital Financeiro. E sendo assim, para ele a concorrência inerente ao capitalismo nunca permitiria que a disputa voraz pela mais-valia

---

<sup>6</sup> Assim como afirma (IANNI 1988) e (AMAYO ZEVALLOS 2012), as bases estabelecidas pelos Estados Unidos como impulsionador de seu capital, foram: a diplomacia do *big stick* (de caráter político-militar) e a diplomacia do *dollar* (de caráter político-econômico).

(através de expropriações, por exemplo) fosse cessada. E no momento em que as tensões internacionais pela falta de mercados já estivessem em seu ponto máximo, não haveria saída a não ser a guerra, mas uma guerra definitiva, que ajudasse romper as contradições que o sistema agudizava.

Para Lênin, Kautsky teria definido o imperialismo da seguinte forma: “o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam”. (LÊNIN 1916 p. 43)

Assim, ele entende que Kautsky não vê o imperialismo como uma consequência inevitável a necessidade do capital em acumular, concentrar e expandir se transformado em capitalismo financeiro. Mas sim como uma possibilidade de política praticada pelo Estado, necessária para o equilíbrio do capitalismo dada a concorrência entre as nações. Sendo contraditório na visão de Lênin, já que a concorrência não daria opção para que os Estados abdicassem do imperialismo. Não sendo assim uma política, mas uma necessidade.

Entretanto, a partir das críticas<sup>7</sup> de Kautsky as críticas de Cunow (KAUTSKY 2002b p. 465) sobre ele, são possíveis entender que ele considerava sua análise como algo descolado das de Lênin e Cunow<sup>8</sup>. Por um lado, eles analisavam o desenvolvimento do capitalismo moderno a partir do surgimento do capital financeiro descrito por Hilferding e, por outro lado, Kautsky analisara o desenvolvimento da política dos Estados capitalistas naquele momento, devido à corrida por mercados.

Para exemplificar, segundo Cunow

Que o imperialismo, portanto entendido como fenômeno econômico, não pode ser simplesmente impedido ou descartado, sendo uma fase de desenvolvimento do capitalismo, histórica e economicamente condicionada, uma necessidade histórico-social (...) e, ao fim, após um longo passeio com as palavras e uma flexibilização dos conceitos, chegam subitamente à conclusão de que uma necessidade histórica não é mais uma necessidade, mas uma possibilidade. (...) (Cunow apud KAUTSKY 2002b p. 467-468)

Como resposta, Kautsky afirma

---

<sup>7</sup> Debate presente no ensaio (*Dois Artigos para uma Revisão – 1915*) publicado originalmente na revista *Neue Zeit*, XXXII, 1915, pp. 33-42, 71-81, 107-46 (KAUTSKY 2002b p. 465)

<sup>8</sup> Segundo (KAUTSKY 2002b) o autor polemizava em sua época com dois autores marxistas, Lensch e Cunow, em relação ao termo imperialismo.

(...) Quando Cunow polemiza com um autor sobre seu conceito de imperialismo, deveria pelo menos dizer como esse autor define tal termo. Mas Cunow não só prescinde desse dever elementar, mas evita completamente qualquer citação, colocando no mesmo saco todos que escreveram sobre o tema. (...) (KAUTSKY 2002b p. 465)

O autor então esclarece que as análises são de objetos diferentes. Segundo Kautsky, Cunow deixou

(...) de indagar de que modo o imperialismo amadureceu a partir “das necessidades internas do capital”. A nossa teoria (*social-democrata*), portanto, não teria analisado “o capitalismo avançado, potencializado, no qual o papel primário é desempenhado não mais pelo capital industrial propriamente dito, mas pelo novo poder do capital financeiro (*como Lênin e Cunow consideram*)”. (KAUTSKY 2002b p. 466) (itálicos meus)

Entende-se claramente que havia diferenças entre as análises dos autores. Para Kautsky a partir das novas necessidades internas do capital (surgimento de concorrentes para a Inglaterra, até então única industrializada), o imperialismo teria surgido. E que a análise a respeito dos desdobramentos do capital financeiro significaria entender as características do desenvolvimento do próprio capitalismo, ou seja, o capitalismo avançado e potencializado. Assim, Kautsky questiona: “Mas será que é, de modo geral, necessário identificar imperialismo e capitalismo moderno? Ou melhor, será oportuna tal identificação?” (TEIXEIRA 2002 p. 269).

Kautsky descreve o surgimento do termo imperialismo e constata que o termo

foi extraído do latim para indicar as aspirações políticas relativas a um reino mundial ou império de Napoleão, para indicar sua política. É a esse significado que se deve reportar, quando atualmente nossos companheiros franceses aplicam o termo imperialismo analogamente – para definir a aspiração de uma potência imperial ao domínio mundial – à Alemanha, onde imaginam encontrar as mesmas condições. Cunow engana-se ao imaginar que os companheiros franceses falam do imperialismo alemão no sentido de que crêem que a fase moderna do capitalismo esteja limitada à Alemanha. De modo algum. Eles usam o termo no mesmo sentido em que falamos do bonapartismo francês e do czarismo russo. (KAUTSKY 2002b p. 470)

Segundo ele, o termo se definiu nos anos de 1890, quando a Inglaterra definiu a Grã-Bretanha como um conjunto de países representados pela mesma realiza, significando uma ligação estreita com a *mão-pátria*, por meio principalmente de políticas aduaneiras. Neste momento, a definição da Inglaterra como imperialista era unânime. E assim,

Kautsky acredita que o imperialismo (kautskysta) possui sua origem no império napoleônico, derivando da origem do termo.

Segundo o autor, no livro de Hilferding publicado em 1910 cujo nome é *O Capital Financeiro*, está evidenciado a fase em que o capital industrial foi dominado pelo capital monetário, estabelecendo novas características para o modo de produção (dando as bases para a teoria leninista). E esta fase do capital financeiro não foi definida de imperialismo por Hilferding e sim, como desenvolvimento histórico do capitalismo.

Portanto, para Kautsky,

“Ele evitou empregar o termo ‘imperialismo’, já universalmente utilizado, para definir essa recentíssima fase do capital. Com o termo ‘imperialismo’, ele designa um particular tipo de política, não uma ‘fase econômica’. O imperialismo, de acordo com ele, é a política favorita do capital financeiro.” (KAUTSKY 2002b p. 471)

Logo, Kautsky afirma que o Capital Financeiro é a causa e o imperialismo é a consequência neste movimento para expansão do capital concentrado e acumulado. O imperialismo seria o meio, e a expansão do capital financeiro seria o fim.

### **3.3 O Ultra-imperialismo**

Kautsky questiona se o imperialismo é a única forma para que a zona industrial equilibre sua relação com a zona agrícola. O imperialismo seria o único método para que o capitalismo evite gerar as crises de superprodução industrial e hiperinflação dos produtos agrícolas?

O esforço para subjugar as regiões rurais gerou o conflito de interesses entre os grandes países industriais e afunilou a concorrência internacional em matéria de armamentos, explica Kautsky. Contudo, ele entende que esta política do imperialismo não seria a última, sendo que esses conflitos são negativos para o caráter de acumulação e expansão do capital, e uma continuidade da corrida armamentista após o término daquela Grande Guerra seria interessante somente para poucos grupos capitalistas. Kautsky, assim, faz uma chamada: “Capitalistas de todos os países uni-vos!” (análoga a que Marx fez no *Manifesto do Partido Comunista*, ou seja, “Operários de todo mundo uni-vos!”). Logo, ele defendia que os capitalistas se unissem contra os grupos que ainda lucravam com aqueles conflitos (ou com quaisquer conflitos), já que muito capital é destruído numa guerra. Como exemplo, ele cita que desde o fim da guerra dos Bálcãs os altos custos de armamentos e de

expansão colonial prejudicavam a acumulação de capital, colocando o imperialismo em cheque. Segundo o autor, mesmo que a acumulação de capital do país industrial continue em seu interior devido ao desenvolvimento técnico, o crescimento dos juros já impedia a progressão imperialista a partir da dificuldade em efetuar seus empréstimos (como evidenciado na Tabela 1 e 2). E se a corrida armamentista continuasse necessitando do mercado monetário, o capitalismo continuaria cavando sua cova. Como exemplo, o autor mostra um quadro com a diminuição dos empréstimos feitos pela Alemanha e a diminuição dos vínculos franceses com ela.

Kautsky entende que, assim como Marx definiu para a relação de concorrência entre firmas, ele define de maneira análoga para relação da concorrência internacional entre os países imperialistas. Como exemplo,

A concorrência entre os capitais aumenta a acumulação entre os capitais. A acumulação, que sob a dominação da propriedade privada é concentração do capital em poucas mãos, é geralmente uma conseqüência necessária quando os capitais são abandonados em seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente caminho livre a esta determinação natural do capital. (MARX 2004 p. 48)

Ou seja, segundo Marx, a concorrência no mercado gera o monopólio de mercado para o melhor adaptado (ou para um cartel). Kautsky vê esta tendência também para as relações do mercado internacional, isto é, a associação das nações mais fortes como conseqüência desta concorrência, principalmente como desfecho da corrida armamentista. Segundo Kautsky, a corrida armamentista poderia até aumentar com o término da guerra estabelecendo uma trégua entre os participantes, todavia ele explica que quanto mais uma guerra dure, menos interessante é para o capitalista e para o Estado (que o autor considera ser a casa dos capitalistas). Assim, uma das perspectivas possíveis com o término dos conflitos é a decisão dos ganhadores de acabar com a fabricação de armas.

O autor entende que o capitalismo só será superado pelo socialismo, isto é, pelo fortalecimento da organização do proletariado dos países industriais, entretanto, o autor estima que haverá o mesmo processo de monopolização (descrito acima) pelos Estados imperialistas, decorrente da concorrência internacional principalmente por armamentos, possibilitando condições para esta transição por, dentre outras coisas, determinarem a amenização da concorrência. Ele afirma não existir a necessidade econômica da guerra para a reprodução do capital, entendendo que os capitalistas irão enxergar maiores possibilidades de obtenção de mais valia a partir de uma fase que garanta a não formação

de conflitos bélicos. Além de que se o livre comércio, que era tratado como a última fase do capitalismo, foi substituído pelo imperialismo, este último não necessariamente representa a fase final do desenvolvimento histórico capitalista.

Kautsky entende que o imperialismo, como método de desenvolver o capitalismo, poderá gerar seu declínio. Para ele, uma continuação da corrida armamentista após os conflitos ainda iria reproduzir o imperialismo, piorando a opressão aos países agrários e aos operários dos países industriais.

Todavia, o autor afirma existir outra possibilidade para o desenvolvimento do capitalismo (já que para isso seria necessário somente existir outra maneira de manter o equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e agrícola). O fim da política imperialista, para o autor, seria quando as populações ou a classe operária dos países industriais se fortalecessem a tal ponto que seriam suficientes para romper com esta opressão (uma oposição política, segundo ele). O autor dá o exemplo da Ásia Oriental, da Índia, do movimento pan-islâmica da Ásia Menor e do norte da África como regiões agrícolas mais desenvolvidas que reagiram à subjugação das zonas industriais.

O autor define que aquela guerra poderia resultar numa forte federação contendo as principais potências mundiais que renunciariam à corrida armamentista (por não haver mais, nesses conflitos, sentido para o capital). Esta federação seria chamada de ultra-imperialismo, melhor definida por uma cartelização da política externa caracterizada por uma Santa Aliança dos imperialistas, determinando uma fase seguinte ao imperialismo. Todavia, ele afirma que se deve lutar contra esta fase, assim como era feito contra o imperialismo, mas sabendo que esta nova fase combate a corrida armamentista e os que ameaçam a paz mundial (os capitalistas que ainda lucram com as guerras), ao contrário da anterior. Além de entender que enquanto durar a guerra, pior será para os interesses dos capitalistas (incluindo claro, o Estado).

No artigo *Preparação para paz* o autor possui a intenção de estimar como deveria ser a conduta do ultra-imperialismo, objetivando descrever o desenvolvimento histórico.

Ele explica que o objetivo de qualquer guerra é gerar uma paz vantajosa, defendida tanto por quem é a favor da guerra quanto por quem não é. Entretanto ele indaga acerca do que realmente seria vantajoso e define que irá considerar uma paz vantajosa como uma situação em que ninguém influencie na relação sem guerra entre os povos e que ela seja de longa duração. O contrário a isso seria uma trégua (paz provisória) que estimularia a acumulação de armas pelos participantes dos conflitos, impossibilitando qualquer recuperação econômica. Para ele a duração da paz e a defesa da democracia, gerando a

independência dos povos, estariam indo na direção do desenvolvimento histórico. Kautsky define que a burguesia e o liberalismo foram os defensores desta democracia nos séculos anteriores, e que neste período (início do século XX) os defensores são os Social-democratas. Kautsky entende também que uma derrota da Rússia, por exemplo, poderia gerar a independência da Polônia, autonomia para as províncias do leste, para Finlândia e para o Egito persa. O que estaria claramente na direção da democracia.

A partir daí, o autor define que a luta dos social-democratas deverá significar a luta pelo impedimento de humilhações aos perdedores da guerra e pelo apoio ao desarmamento de seu país e de seus vizinhos. Ele afirma que as nações perdedoras poderiam ser obrigadas a se desarmarem e isso afetaria as nações ganhadoras (armadas). Além de que, os tratados comerciais antigos, atrapalhados pela ameaça de conflitos armados, seriam superados por novos acordos comerciais que iriam realmente na direção da democracia. O autor afirma também que a situação defendida após a guerra pelos ganhadores poderia ser, ou o livre comércio que seria algo no sentido da democracia, ou uma espécie de união análoga a união aduaneira que possibilitou a unificação alemã (1888) conhecido como *Zollverein* (1828 e 1871). As duas formas estariam, para o autor, na direção do desenvolvimento histórico (maior democracia), entretanto, se o *Zollverein* se limitasse a defesa da livre concorrência somente entre seus membros, ela deveria ser combatida. O autor via no livre comércio uma harmonia, sendo que os dois lados do comércio, a indústria e a agricultura, defendiam suas normas, mas tal condição democrática deveria ser universal.

A partir de 1834, desenvolveu-se o *Zollverein*, um mercado comum germânico intimamente relacionado à Confederação que excluiu a Áustria, maior oponente de sua líder, a Prússia. Essa iniciativa foi fundamental para aumentar a identificação e a interação entre os povos que viriam a formar o Estado alemão, bem como para acelerar o processo de crescimento e desenvolvimento tecnológico da região. A tentativa liberal posterior de impor uma constituição ao rei Guilherme I, em 1848, não foi bem sucedida; porém, a unificação [alemã] ocorreu em 1871 graças à exímia atuação do primeiro-ministro prussiano aristocrata e conservador, Otto von Bismarck. (X ONU JR. p. 9)

Concluindo, Kautsky afirma que seria precipitado estimar possíveis deslocamentos de poder e suas conseqüências (transitar ao Socialismo), e cita uma metáfora afirmando ser necessário primeiro diminuir as desigualdades para então socializar todos os recursos. Ou seja, antes é preciso que os países sejam Social-democratas (pois concluiriam a paz e trabalhariam pela moderação) para depois transitarem ao Socialismo. Sobre a Social-democracia, Kautsky explica “A social-democracia é um instrumento da luta de classes do proletariado, sua missão histórica é a emancipação do proletariado, ou seja, a instauração

das condições sociais que garantam bem-estar e tempo livre para todos.” (KAUKTSY 2002b p. 484)

A premissa para efetivação deste Estado Social-democrata é, segundo o autor, a necessidade de que as nações se constituam como uma unidade cultural, um “Estado Nacional”. Referindo-se claramente contra as possíveis anexações de territórios pelos ganhadores daquela guerra, que iriam constituir-se como um “Estado de nacionalidades”, ou seja, composto por vários povos. Este Estado homogêneo possibilita diminuir as contradições e ameaças de conflitos entre seus membros, além de poder gerar maior horizontalidade na participação dos membros na governança, incluindo principalmente, as classes inferiores, como afirma o autor. E que na medida em que as decisões estejam equilibradas, o povo poderia ter peso nas decisões, considerando que na maioria das vezes as classes dominantes possuem diferentes perspectivas para os termos de paz, finaliza Kautsky. Assim, segundo o autor, a instauração da social-democracia envolve o nivelamento da totalidade das instituições de empresas cooperativas, comunais, estatais. Quanto mais as empresas privadas já estiverem concentradas em grandes organizações, mais próximo ao nível necessário para a social-democracia. Kautsky define sua teoria, bastante influenciado por Hilferding. Assim, a acerca do Estado Social-democrata como o ponto mais alto da democracia capitalista, Hilferding explica

Se fosse o caso, então a organização capitalista da economia por um lado e a organização do Estado por outro se confrontam um com a outra, e o problema é como queremos configurar essa interpenetração. Isso simplesmente significa que nossa geração se defronta com o problema de transformar – com a ajuda do Estado, que conscientemente regula a sociedade – uma economia organizada e dirigida pelos capitalistas em uma que seja dirigida pelo *Estado democrático*. (HILFERDING 2002 p. 526)

Kautsky defende que deve haver um “nível historicamente necessário” para que a Social-democracia possa se instituir. Ele entende que este nível deve guiar a transformação da social-democracia para que o socialismo possa ser, obrigatoriamente, o modo de produção seguinte.

Sou da opinião que a técnica atual é inteiramente suficiente. (...) já havia[m] calculado em 1898 a possibilidade de padrão de vida respeitável e de uma redução do tempo de trabalhado para os trabalhadores de um moderno Estado capitalista. Desde então, a técnica fez enormes progressos e a própria guerra atual nos mostra, da forma mais gritante, que rendimentos fabulosos ela pode gerar quando poderosamente estimulada. Por esse ângulo, sustento que já alcançamos o ‘nível historicamente necessário’ (KAUTSKY 2002b p. 485)

Logo, o objetivo de Kautsky pode ser entendido a partir do trecho de Marx e Engels,

A abolição desta oposição entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições da comunidade, e essa condição depende por sua vez de um conjunto de condições materiais prévias, que todo o mundo pode constatar logo à primeira vista. (É preciso que essas condições estejam também desenvolvidas). (MARX; ENGELS, 2007 p. 56)

Em síntese, Kautsky considerava a “fase do capitalismo da livre concorrência” o ápice da democracia no capitalismo, constituindo características necessárias para revolução socialista, entretanto, a fase do imperialismo fez diminuir esta condição democrática do sistema. O autor defende então que o capitalista (para reproduzir seu capital) irá superar o imperialismo, por prejudicar a acumulação de capital, e já que a livre concorrência era a norma para um mundo em que praticamente só a Inglaterra tinha se industrializado, as possibilidades de atingir o ápice da democracia capitalista novamente seria através da união da Inglaterra com seus novos concorrentes industrializados, formando um cartel. Por isso, Kautsky se mostrava contra a luta pelo socialismo anteriormente a essa constituição do ápice da democracia capitalista. É possível entender a partir das declarações de Mattick:

Kautsky (...) fez-se então pregador do liberalismo, ou seja, de uma ideologia igualmente irrealista no quadro duma sociedade evoluindo para um capitalismo de tipo fascista, e que servia a esta sociedade como outrora a sua ideologia marxista havia servido ao capitalismo de tipo democrático. (MATTICK 1939)

Como exemplo da necessidade de conclusão do ápice da democracia capitalista, Kautsky afirma que os

Direitos democráticos, direitos de voto e de organização, liberdade de imprensa e um elevado nível de educação pública permitem, paralelamente ao nível de desenvolvimento econômico, o crescimento de um proletariado completamente diverso do que seria encontrado em condições de ignorância e ausência de liberdade. (KAUTSKY 2002b; p. 486)

Kautsky é fiel a necessidade de que certas condições estejam concretizadas para superação da oposição de classes. Logo se conclui que Kautsky fazia uso estritamente metodológico do marxismo, considerando que ele via a necessidade da democracia capitalista para se opor a qualquer sociedade capitalista que não tivesse a adotado, para assim deixar que a exploração do proletariado seja a última contradição a se superar. O autor defendeu a volta da política imperialista para uma mais democrática como o ultra-

imperialismo, transformando num capitalismo mais democrático novamente, e a volta do fascismo para também um capitalismo mais democrático (o liberal, como afirma Mattick) para só então as possibilidades de transitar ao socialismo poder se concretizar. Kautsky considerava que os defensores deste ápice da democracia capitalista eram os liberais burgueses (sendo oposição ao absolutismo) e que os social-democratas representavam agora esta defesa para a superação do imperialismo para a formação do ultra-imperialismo.

Assim, pode-se esquematizar a totalidade do pensamento do autor a respeito do desenvolvimento histórico ocidental através da dialética (da história ocidental), Liberalismo – Imperialismo – Ultra-imperialismo<sup>9</sup>. Fazendo parte da totalidade da dialética, Feudalismo – Capitalismo (Industrial – Financeiro) – Social Democracia (capitalismo organizado<sup>10</sup> pelo capital financeiro, função do Ultra-imperialismo) – Socialismo – Comunismo.

Contudo, Lênin já acreditava que a dominação pacífica dos mercados era a preferência natural do capital financeiro e que a dominação direta (imperialismo kautskysta) era somente reflexo da luta de classes, que ora poderia haver guerra, ora poderia haver dominação pacífica. E independentemente da forma de opressão, a centralidade está na opressão de classe que para Lênin é uma constante guerra não sendo, o fim das guerras previstas por Kautsky, meios para lograr a democracia pura. Portanto, a distinção entre as duas teorias, bolchevique e social-democrata, situam-se sobretudo na concorrência. Para Lênin, diante da impossibilidade de marginalizar a concorrência ou alterar suas características o limite dos mercados só poderia desencadear, no extremo, conflitos armados. Já Kautsky entendia que a concorrência poderia, no interior do capitalismo, atingir novas características. De uma super concorrência voraz para uma concorrência que propiciaria a organização do capital. Assim como afirma Hilferding,

De fato, portanto, capitalismo organizado significa a *substituição teórica do princípio capitalista da livre concorrência pelo princípio socialista da produção planejada*. Essa economia planejada e conscientemente dirigida torna possível, em uma extensão muito maior, a ação consciente da sociedade; ou seja, ação por meio da única organização consciente da sociedade, equipada com poder coercitivo, a saber, o Estado. (HILFERDING 2002 p. 526)

---

<sup>9</sup> Ou ainda, Liberalismo (livre concorrência) – Imperialismo – Ultra-imperialismo – Fascismo – Liberalismo (livre concorrência) ou Ultra-imperialismo

<sup>10</sup> Referência a Hilferding

Lênin, assim, via que aquela guerra poderia ser o então estopim dos conflitos de interesses entre os capitalistas movidos pela concorrência (voraz e estática). Ele observara o avanço capitalista das cinco principais potências mundiais, principalmente a dos Estados Unidos, e uma aceleração alemã, principalmente sobre a Inglaterra, e conclui:

Perante isto, é de perguntar: no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das esferas de influência- do capital financeiro? (LÊNIN 1916 p. 48)

## **4 O capitalismo, o imperialismo e o Ultra-imperialismo: Karl Kautsky e a sociedade contemporânea**

Em síntese, para guiar o próximo capítulo, pode-se dividir a análise acima em três partes: produção industrial *versus* produção agrícola, o imperialismo kautskysta e o ultra-imperialismo.

A primeira representa a relação entre o país de produção industrial e o país de produção agrícola, no que diz respeito ao desequilíbrio de potencialidade para desenvolvimento entre as duas zonas (já que isto era um dos motores do imperialismo). A segunda significa principalmente a existência na sociedade contemporânea do método para assegurar a dominação direta político-econômica e/ou político-militar do país agrário pelo país industrial, ou seja, do imperialismo kautskysta. E, por fim, a terceira parte significa entender a superação do método político para o ultra-imperialismo, identificando seu surgimento e características.

Antes é necessário descrever algumas transformações que evidenciam a gigantesca mudança tida na sociedade do começo do século XX. Se Kautsky escreveu tais artigos anos após a II Revolução Industrial (meados de 1960), buscando entender suas conseqüências, hoje, mais ou menos quarenta anos da III Revolução Industrial (meados dos anos de 1980), também é necessário fazer o mesmo. A “sociedade contemporânea” na qual a pesquisa se refere é a descrita abaixo, ou seja, a partir da década de 90, com a formação da popularmente conhecida globalização.

Segundo Coutinho (v. bibliografia), a virada da década de 70 para 80 intensificou o que se caracterizou como a Terceira Revolução Industrial, delineando as bases da

Globalização. Segundo ele, a partir daí, o complexo eletrônico aumentou sua importância nos países de principais economias, seu conjunto de indústrias ganhou expressão quantitativa notória, superando o até então principal padrão tecnológico, o complexo automobilístico. Seu crescimento tende a aumentar sua participação no valor agregado, no emprego e na formação de renda. Quanto maior a diversificação e a integração do complexo eletrônico com a estrutura industrial maior será o impacto dinamizador endógeno, e a união das indústrias de máquinas, de equipamentos e industriais (bens de capitais) à base microeletrônica, formam um complexo eletrônico – a mecatrônica. O autor identifica uma substituição da eletromecânica pela eletrônica como base da automação ocorrida nos anos 80, além da absorção dos processos contínuos de produção como controladores lógicos programáveis, sensores, medidores, todos a fim de aperfeiçoar seus fluxos de produção. E que a inserção do CLP (a programação otimizada da produção), da inserção de robôs e do aperfeiçoamento da produção do tipo manufatureiro - artesanal pela introdução de comandos numéricos computadorizados, deram suporte para a emergência de sistemas integrados de automação flexíveis nos anos 90 – automação flexível totalmente integrada por computadores hierárquicos de controle. Neste período, Coutinho já vê uma fusão da eletrônica digital e da mecânica, gerando profunda reestruturação do setor ou das indústrias de bens de capital e serviços.

A revolução dos meios de produção associado às novas tendências organizativas alavancaram a Globalização. Caracterizada por Coutinho pela crescente interdependência e pela queda das barreiras econômicas, parte do aprofundamento da internacionalização ao longo dos anos 80, ela é marcada também pela forte interconexão (online) dos mercados financeiros e de capitais, que definem a interdependência global, além dos mercados de câmbio, juros e bolsa de valores (mesmo os Estados de economias fortes ainda possuem capacidade de influenciar no câmbio ou na taxa de juros, já que possuem grande montante de reservas de divisas). Como visto, a concentração a partir da concorrência mundial de algumas empresas causa concentração e desde os fins dos anos 70 a formação de oligopólios se multiplicam. Tem-se, como principal exemplo a indústria automobilística pois, em 1992, no máximo dez competidores dividem o mercado em escala mundial, como afirma Coutinho. Entretanto vemos que na prática as maiorias destes oligopólios se comportam como um monopólio, pois há a formação de cartéis, ou mesmo, a concorrência entre essas poucas empresas pode ser amena e mais ou menos “organizada”, havendo divisão do mercado. Essa é a principal “nova” forma de concorrência na Globalização. Coutinho mostra que a estruturação de sofisticadas redes globais informatizadas de gestão

online dentro das multinacionais, permitem a prática de várias formas de *sourcing* global, ou seja, intercâmbio de diversos interesses empresariais, como tecnologia, técnicas, métodos e formas organizacionais. Ele afirma que as alianças tecnológicas são uma nova forma de “organização” da concorrência oligopolística, cujas causas são dadas pela diminuição de custos, diminuição de riscos e imposição de padrões tecnológicos dominantes. Desde o final deste período (década de 1970) até 1990, há a recuperação do mercado internacional (que estava em crise desde a alta do preço do barril de petróleo em 1973), conseguindo a estabilização e sustentabilidade do crescimento mesmo que pequeno, além da retomada dos fluxos privados de acumulação de capitais. Assim, Coutinho descreve uma aceleração crescente da difusão de inovações tecnológicas (técnicas, organizacionais e financeiras) impulsionando de vez a Globalização.

Papel importante também teve o Consenso de Washington que estabeleceu na década de 80 medidas que deveriam ser adotadas pelos países para se “desenvolver”. Segundo Fontes, eram medidas que previam políticas que reafirmassem o liberalismo como um ultra-liberalismo. As “sugestões” neoliberais são, segundo John Williamson (v. bibliografia), disciplina fiscal; redefinição dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização de financiamentos; taxa de câmbio unificada para fins comerciais; investimento externo direto amparado pelos fins do protecionismo; empresas estatais privatizadas; e desregulamentação, estimulando a concorrência e defesa do direito de propriedade. Segundo Fontes, as privatizações de instituições públicas (industriais, educacionais, de patentes e planos de saúde, previdência social, transporte, segurança, etc.), estimuladas ideologicamente nos anos 90 pelo neoliberalismo, podem ser caracterizadas como expropriações primárias<sup>11</sup>, pois incidem sobre bens coletivos assim como às terras comunais.

#### **4.1 *Produção industrial versus Produção agrícola: a sociedade contemporânea***

Como afirmou Kautsky:

---

<sup>11</sup> Assim como explica Fontes, segundo Marx as expropriações primárias são aquelas em que são retirados bens coletivos, como meios de produção agrários, para gerar mais-valia pelo capitalista.

Avanços técnicos na produção também afetam a indústria e a agricultura de maneiras diferentes. (...) Primeiro, o mercado dos produtos industriais nas zonas agrícolas não pode crescer tão rápido quanto à produção industrial, o que gera crises de superprodução. E em segundo, a agricultura não pode prever a quantidade de alimentos e matérias primas necessária para acompanhar o rápido crescimento da oferta industrial. (IMPERIALISMO E A GUERRA 1914)

Assim, a intenção deste tópico é responder a seguinte pergunta: Como é a relação entre a produção industrial e a produção agrícola, a respeito de seu desenvolvimento desigual? Para responder este questionamento, dividir-se-á em duas partes: superprodução industrial e hiperinflação agrícola. Já que para Kautsky, os capitalistas passaram a usar o imperialismo para evitar tais crises e reproduzir seus capitais.

#### **4.1.1 A produção industrial contemporânea: a superprodução**

Determinante para transformar este tipo de consequência produtiva, foi o novo sistema de origem japonesa chamado de Toyotismo ou Sistema de Ohno. Segundo Pinto (v. bibliografia), a necessidade da divisão do trabalho em aumentar novamente a eficiência produtiva, situava-se em meados dos anos de 1970 em outros rumos. Ele explica que esse sistema se baseava em aumentar a produção nos limites do baixo crescimento da demanda (não se baseava na grande escala), e na capacidade de produção de pouca quantidade de variados modelos de mercadorias. Ao invés de um operário por máquina, como no sistema fordismo/taylorismo, agora um operário é encarregado de várias máquinas. Um dos elementos fundamentais desse sistema foi a III Revolução Industrial (descrita acima), quando o processo produtivo incorporou a microeletrônica, tendo como exemplo a “autonomação”, que consiste em um processo de parada automática das máquinas por detectarem algum defeito no meio do processo de fabricação, funcionando automaticamente sem produzir mercadorias defeituosas. Segundo o autor, o espaço de produção foi reformulado e denominado *célula de produção* representando as organizações dos postos de trabalho em conjuntos abertos (não fechados como em departamentos), concentrando em uma célula etapas de todo o processo produtivo. Esta célula constitui-se pela formação de uma equipe de trabalhadores, contando com um líder que se responsabiliza pelo funcionamento perfeito dos postos e a comunicação entre as células e a administração da empresa, podendo, os trabalhadores, alternar-se em seus postos, conforme a meta do volume de produção. Entretanto, Pinto afirma que os métodos básicos de aplicações das funções realizadas em cada posto na célula continuam sendo similares ao

sistema fordismo/taylorismo, ou seja, é preciso e regulamentado pela gerência. Graças ao severo controle de qualidade, a busca pela eficiência perfeita caminha para o mínimo estoque, número de trabalhadores e insumos em processo, além de buscar a prática do *Just - in - time* (um regime de encomenda – produção – entrega), importante para não gerar superproduções via estoques. Pinto descreve que nesse sistema a eficiência da logística é primordial e que as formas de automação programada vêm incorporando características flexíveis que, no longo prazo, transformarão a fábrica num organismo capaz de aprender a ajustar-se (a fábrica como um organismo “complexo”). Essa flexibilidade contempla as necessidades oligopolísticas de competição visando qualidade e diferenciação de produtos adequando-se as demandas. Essa nova perspectiva tende a olhar para demanda de forma inicial tencionando o planejamento e incorporando as modernas tecnologias. Segundo Pinto, a nova empresa japonesa tem uma estrutura multiindustrial, cooperativa e baseada num perfil tecnológico dinâmico. Depois de atingir essa estrutura organizacional, ela passou a ser imitada por multinacionais estadunidenses, européias e do mundo inteiro. O poder por si só dessas corporações não é suficiente, tendo como necessidade a sintonia entre a indústria e os bancos. Para o autor, é primordial também a capacidade de administração, ao enfrentar os riscos e absorver as inovações. Um bom exemplo são as empresas coreanas (que possuem grandes diversidades multissetoriais) e as italianas (possuindo êxito na coordenação, em rede, de grande número de fornecedores e distribuidores), assim como descreve Pinto. Transformações que, para Luciano Coutinho, acusariam um afastamento no paradigma taylorista- fordista onde a divisão é banalizada, fragmentada e levada ao limite físico. Contudo, Pinto rebate:

Dizer que os trabalhadores estariam sendo ‘requalificados’ através da exigência de polivalência e pela sua organização em equipes, ou que estariam sendo diminuídas as jornadas de trabalho, com aumento do tempo livre, são afirmações insustentáveis, quando não contrárias à perceptível intensificação de sua exploração, a par da sutileza do controle das atitudes pessoais e profissionais a que estão cada vez mais submetidos, numa gigantesca fragmentação de sua subjetividade numa atividade social – o trabalho – que, por excelência, é coletiva, estando, porém, ainda subordinada aos ditames da acumulação de capital. (PINTO 2010 p. 81)

Mesmo tendo reparado brechas que evitem as superproduções pela formação de estoques, as crises não cessaram. Mas então, o que significam as crises? Segundo Chesnais (v. bibliografia)

A amplitude e os traços específicos das grandes crises resultam dos meios que o capital (nele incluídos os governos dos mais importantes países capitalistas) teria recorrido no período precedente para 'ultrapassar os limites que lhe são imanentes', antes de ver 'essas mesmas barreiras se erigirem diante dele a uma escala ainda mais imponente'. As crises explodem no momento em que o capital está de novo 'preso' por essas contradições, confrontado às barreiras que ele mesmo criou. Quanto mais importantes terão sido esses meios, quanto mais o período terá sido longo (no curso do qual os meios de ultrapassagem terão atingido seu objetivo), quanto mais a revelação da superacumulação terá sido diferida, tanto mais a crise será importante e tanto mais longa e difícil será a busca de novos meios para 'ultrapassar os limites imanentes'. É desta maneira que a história invade a teoria das crises. (CHESNAIS 2012)

Assim, as crises se formam quando o nível de acumulação de capital ultrapassa seu ponto máximo gerando excesso de produção generalizada. Logo, o substrato fundamental da crise é esta superacumulação. Como exemplo da superação deste limite, Chesnais considera a crise atual cujo início foi em 2008.

Em cada grande crise, a superacumulação de capacidades de produção e a superprodução de mercadorias são de setores e de indústrias específicas. A crise provoca, em seguida, por contágio, um estado de superprodução nas outras indústrias e setores. O nível de análise pertinente é setorial e freqüentemente nacional. A partir do momento em que a crise financeira começou a dificultar, em 2007 e 2008, os mecanismos de endividamento e a provocar a contração do crédito (o credit crunch), certos setores (imobiliário e de construção nos Estados Unidos, na Irlanda, na Espanha e no Reino Unido) e certas indústrias (automobilística nos Estados Unidos e em todos os países fabricantes europeus) revelaram ter uma sobrecapacidade de produção. Atualmente, ainda se encontram estoques de moradias e escritórios sem vender e mesmo sem alugar. Nas indústrias elétricas e mecânicas, as sobrecapacidades de rivais oligopolísticos mais fracos (Renault, Peugeot, Fiat, Goodyear) e de seus fornecedores foram absorvidas pelo fechamento de plantas e pela destruição ou deslocalização de máquinas. As sobrecapacidades mundiais continuam intactas. (CHESNAIS 2012)

Já a respeito da superação dessas crises, Chesnais entende que não há a perspectiva de que terminem

Na linguagem econômica corrente de inspiração keynesiana, o termo 'saída da crise' designa o momento no qual o investimento e o emprego retomam. Em termos marxistas, é o momento no qual a produção de valor e de mais valia, mediante a contratação e o emprego de assalariados e a venda de mercadorias, permitem que o capital realize sua apropriação e que essa se repouse novamente sobre uma acumulação de equipamentos novos, sobre a criação de novas capacidades de produção. São muito raras as economias que, inseridas em relações de interdependência, continuam, como a China, a usufruir de certa autonomia, e onde a saída da crise é concebível ao nível da economia do Estado-nação. Todas as outras estão inseridas em relações de interdependência nas quais o bloqueio do ciclo do capital (Dinheiro – Mercadoria – Mais valia – Dinheiro) de uma grande parte das empresas (de todas as grandes pelo menos) se faz no estrangeiro. Os maiores grupos transferem diretamente o ciclo inteiro de uma parte de suas filiais para outro país. (CHESNAIS 2012)

Logo, Chesnais entende que a Globalização (como assim tratamos), como modo de relações de interdependência, possibilita a migração do ciclo do capital, e assim, atualmente a Europa não está no seu caminho, gerando assim, por exemplo, o fechamento de plantas e a destruição ou deslocalização de máquinas de suas multinacionais. Então, para Chesnais, as crises de superprodução não têm data para acabar enquanto existir áreas que possibilitem a acumulação. A capacidade que o capital tem para gerar valor se evidencia, por exemplo, na relação entre os acionistas e os *managers* das empresas, cujo “pacto capitalista” proporciona, principalmente em épocas de crise econômica, a apropriação ainda maior de juros e dividendos.

'A era dos administradores' deixou lugar a uma nova era, na qual há uma identidade de ponto de vista quase completo entre os acionistas e os dirigentes. Para um capital onde a finança está nos postos de comando, a busca da valorização 'sem fim e sem limite' deve ser levada mais impiedosamente se o sistema está em crise. Os haveres sobre a produção, cuja apropriação sob a forma de dividendos ou de juros está ameaçada, atingem volumes que nunca foram tão elevados depois dos anos 1920. É por isso que, em relação aos trabalhadores que o capital ainda consegue empregar - estando dada a situação de superprodução, de recursos de base que escasseiam, ou ainda do posicionamento frente à mudança climática e suas consequências previsíveis - a reação do capital como um todo é a exploração de “duas forças de onde jorra toda riqueza, a terra e o trabalhador” (...) e isso sem limites, até seu esgotamento, quaisquer que sejam as consequências. (CHESNAIS 2012)

Em síntese, a produção industrial partilha de características semelhantes as descritas por Kautsky, ou seja, o avanço tecnológico proporcionou que a indústria continuasse reproduzindo, através da concorrência, a equação  $D - d - M - d' - D$ <sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Segundo Fontes, a respeito do III volume de *O Capital*, D representa o capital emprestado ao capitalista em troca de juros; d representa o dinheiro nas mãos do capitalista responsável pela produção; M representa o processo de produção, através da compra de força de trabalho e insumos para produção (fixos e variados); o d' representa a mais valia gerada na produção e disponível após a comercialização das mercadorias e D' representa o pagamento dos juros pelo capital monetário, como parcela do lucro gerado no processo produtivo. Para o emprestador de capital monetário, esse processo só representa o tempo em que o capital ficou emprestado, sendo representado pela fórmula  $D - D'$ , representando seus interesses diretos. Para a reprodução do capital portador de juros, o processo que intermédia isto não o interessa. Sua preocupação é assegurar a venda desse capital monetário recebendo sua reprodução ampliada. O capitalista por sua vez, busca ampliar/diversificar o processo produtivo, aumentando as horas de trabalho e/ou intensificando a produtividade do trabalho; já que o juro é uma parte do lucro (d') segundo Marx, para Fontes.

(equação que representa a necessidade de reprodução do capital a partir da concorrência, sendo que a mais – valia<sup>13</sup> é o motor desta reprodução).

#### 4.1.2 A produção agrícola contemporânea: a hiperinflação

O objetivo então é entender como são as características da produção agrícola, no que diz respeito a sua produtividade, focando na absorção tecnológica e na hiperinflação.

No período em que Kautsky escreveu os artigos analisados, a indústria conhecia até o paradigma da II Revolução Industrial (século XIX). Portanto, a partir deste período até o século XXI, ocorreram transformações profundas no conhecimento técnico. Na produção industrial, a III Revolução Industrial foi a mudança em seu paradigma, e no setor agrícola as transformações não ficaram paradas, a Primeira e a Segunda Revolução Verde mudaram o cenário que Kautsky conhecia. Além da mudança de outros aspectos como a definição de alguns produtos agrícolas como commodities<sup>14</sup>, isto é, mercadorias, em geral homogêneas, cuja oferta e demanda são praticamente inelásticas no curto prazo e cujas transações são efetuadas nas principais bolsas de mercadoria internacionais (Londres, Nova Iorque, Chicago etc.) ou são realizadas com base nas cotações vigentes nesses mercados [Williamson (1989) apud SOUZA (1999)].

O início desta efetiva expansão capitalista na incorporação da produção agrícola se deu a partir da II Guerra Mundial. Segundo Andrades e Ganimi (v. bibliografia),

---

<sup>13</sup> Ou seja, extração de um valor acima da quantia reservada para remuneração dos custos de produção (salários dos trabalhadores, insumos e re – investimento), característico da produção industrial que é possibilitado, principalmente, pela produção de mercadorias em larga escala (por isso a importância das revoluções industriais e da divisão do trabalho, ambos com a função de aumentar a eficiência produtiva). O valor da comercialização de uma quantidade limitada dessas mercadorias contempla os custos de produção (salários incluídos) e o re-investimento, já o valor da comercialização das demais mercadorias, produzidas nas horas a mais em que o trabalhador não recebe e dispõe sua força de trabalho, vão para o capitalista. Esta quantia não recebida pelo trabalhador representa a mais – valia. Os trabalhadores recebem uma quantia (estabelecida pelas leis da oferta e demanda) que os garanta numa situação de subsistência e assim possibilitar maior extração de mais – valia absoluta possível por parte do capitalista. Já a mais valia deriva do aumento da eficiência produtiva a partir, por exemplo, das evoluções na divisão do trabalho e das revoluções tecnológicas. Além de o trabalhador ser obrigado a viver numa situação próxima a subsistência, ele aliena-se de sua própria realidade. Portanto, para vencer a concorrência, o capitalista necessita extrair a maior mais – valia possível do processo produtivo.

<sup>14</sup> Atualmente, parte do que Kautsky consideraria como o essencial da produção agrícola são as commodities. Segundo Souza, as commodities são: Aço, Açúcar, Algodão, Alumínio, Amendoim, Amendoim farelo, Amendoim óleo, Arroz, Azeite de oliva, Banana, Borracha, Cacau, Café, Camarão, Carne, Chá, Chumbo, Cobre, Coco-óleo, Coco-desidratado, Cordeiro, Couro, Estanho, Fosfato, Fosfato (ácido), Gordura de animal, Juta, Lã, Laranja, Linho, Linho (semente) - óleo, Madeira - compensado, Madeira serrada, Madeira em tora, Manteiga milho, Minério de alumínio, Minério de ferro, Minério de manganês, Níquel, Palma, Palma-óleo, Papel de jornal pasta de madeira, Peixe-farelo, Pimenta, Potassa, Sisal, Soja-farelo, Soja-grão, Soja-óleo, Sorgo, Tabaco, Trigo, Uréia, e o Zinco.

Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockefeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas (ROSA, 1998). Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial. (ANDRADES;GANIMI 2007)

Andrades e Ganimi explicam que houve o incentivo ao uso de agrotóxico como herbicida, fungicida, inseticidas e fertilizantes químicos para produção agrícola podendo eliminar os fungos, insetos e as ervas daninhas. Além de que passou a ser usado um maquinário pesado e mais produtivamente eficiente como tratores e colheitadeiras, sendo utilizadas nas variadas etapas da produção agrícola (do plantio até a colheita), totalizando o curso das inovações tecnológicas da I Revolução Verde.

Segundo Vello (v. bibliografia), pontua a cerca do Brasil.

No caso de inovações tecnológicas no setor agrícola entre elas o uso de pesticidas, agrotóxicos e fertilizantes químicos, vindos com a chamada “Revolução Verde” que transformou o modo de produção agrícola no país, são inovações que têm poder devastador sobre o meio ambiente, apesar de melhorarem a produtividade. (p. 58)

Em seguida, a entrada da biotecnologia e de mais produtos geneticamente modificados determinou a Segunda Revolução Verde, como explica Vello. Souza (v. bibliografia) descreve que a transformação do paradigma tecnológico por esta segunda revolução, se deu a partir das manipulações genéticas, afetando diretamente o setor agrícola advinda dessa manipulação com a nítida intenção de melhoramento da produtividade, trazendo soluções para os problemas deixados pela Primeira Revolução Verde. Segundo Souza a adoção dessas inovações na produção agrícola impulsionou o aumento da produtividade. Scolari (v. bibliografia), ao comparar os anos de 1961 e 2001, vê que a área para cultivo na década de 60 era de 4.513,31 milhões de hectares com população mundial de 3 bilhões, já no primeiro ano do século XXI a área mundial para agricultura era de 5.006,56 milhões de hectares, entretanto a população mundial dobrou para 6 bilhões. O que evidencia o salto que tais aprimoramentos técnicos geraram.

Este aumento de produtividade gera a expansão da oferta dos produtos, e caso a curva de demanda fique inalterada, o autor explica que os preços se reduzirão, aumentando as quantidades demandadas. A queda de preços só é efetiva quanto mais inelástica for a

demanda do produto em relação aos preços. Quanto mais ela for elástica, menos estes se reduzem com o deslocamento da oferta. Ou seja,

No caso dos produtos de exportação, em que o preço é dado pelas condições do mercado internacional, com demanda infinitamente elástica (pequena participação do país no mercado externo), toda inovação tecnológica aumenta as quantidades ofertadas sem reduzir o preço. Neste caso, o efeito sobre o aumento da receita do produtor será máximo. Este tem sido o caso da soja, uma vez que a colheita brasileira ocorre na entressafra dos EUA, o maior produtor mundial. Isso explica a tendência para se utilizarem insumos modernos na produção de soja. Dependendo da elasticidade da curva de oferta, a receita pode, portanto, reduzir-se no setor agrícola em função do aumento da produção total. Este é o caso da maioria dos demais produtos, em que os produtores são numerosos e o mercado aproximadamente concorrencial. (SOUZA 2005 p.2)

As novas características da sociedade contemporânea diferenciam-se, assim, das analisadas por Kautsky, entretanto ainda há um descompasso, principalmente na absorção tecnológica. Se antes a desproporção era entre a produção industrial - que tinha incorporado a concorrência gerando maior desenvolvimento tecnológico, segundo Kautsky - e a produção agrícola - que, mesmo sendo feita de sob formas capitalistas se desenvolvia menos, pois possuía limitações, dentre outros aspectos, tecnológicos. Hoje esta desproporção é acentuada entre o agronegócio<sup>15</sup> - que consegue incorporar mais a tecnologia, conseguindo altos lucros com a produção em larga escala e o oligopólio do mercado - e o pequeno produtor que não possui as mesmas condições.

Se o produto agrícola for industrializado em grande escala e se a demanda, por conseguinte, for mais estável, a flutuação dos preços agrícolas será menor, favorecendo a adoção de inovações tecnológicas. Esse fato explica por que as inovações tecnológicas tendem a concentrar-se nos produtos agrícolas de exportação, como soja, laranja para suco, entre outros. (SOUZA 2005 p. 2-3)

Andrades e Ganimi explicam que a Revolução Verde foi uma forma do capitalismo dominar a agricultura. Assim, a condição que Kautsky via transformou-se, não cessando as contradições que agora se constituem entre o agronegócio e o pequeno agricultor. Quem

---

<sup>15</sup> Segundo Ivanissevich (v. bibliografia), “no Brasil, o início do agronegócio é definido com a fundação da Associação Brasileira de Agribusiness, que adotou a terminologia norte-americana. Com base nisso, semanticamente se pode dizer que agricultura familiar não está incluída no agronegócio” (p.10). A terminologia estadunidense significa “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos nas unidades agrícolas, e do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos resultantes desses processos e dos itens produzidos a partir deles” (p.10).

recebe as conseqüências desta apropriação efetiva capitalista na agricultura é a agricultura familiar que não conseguem absorver a tecnologia e agregar valor a sua produção.

Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde, portanto, pode-se observar que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que permitem sua implantação cuja compreensão só é possível a partir da análise crítica de tais variáveis. (ANDRADES;GANIMI 2007)

Já em relação a hiperinflação dos produtos agrícolas, fica evidente, segundo o Conselho Agropecuário do Sul – CAS (v. bibliografia), que ainda não existe um meio infalível para controlar os preços desses produtos. O CAS mostra que certos produtos agrícolas estão em alta nos últimos anos, sendo que as causas da elevação desses preços são: eventos climáticos como secas na Rússia e na China, além de inundações na Austrália e na África do Sul; aumento da demanda mundial; desvalorização do dólar e o baixo nível dos estoques mundiais. A especulação no mercado de commodities ainda é pouco entendida, segundo o documento do CAS, mas é consenso que ela aumenta a liquidez da agricultura e favorece o mercado de futuros. Logo, por mais que as políticas econômicas busquem equilibrar a oferta e a demanda por determinações dos órgãos internacionais (política Ultra-imperialista como será descrita em 4.3), o mercado é quem determina o preço destes produtos, exercendo assim um descontrole nada invisível.

### **4.1.3 Conclusão**

A evidência desta falta de entendimento e controle acerca do valor do que é necessário à existência humana, está no quadro abaixo. Nesta tabela Almeida (v. bibliografia) esquematiza as crises financeiras internacionais no período de 1929-2009. Como exemplo, observa-se que em 1929 ocorreu uma crise de superprodução, em 1974-75 (choque do petróleo) uma crise de hiperinflação e, por fim, em 2008 uma crise de superprodução, assim como já explicitado por Chesnais.

Tabela 3: Crises Financeiras Internacionais no período de 1929-2009

### Esquema estilizado das crises financeiras internacionais, 1929-2009

Anos:	1929	1931-33	1950-60s	1974-75	1982-1987	1995-2001	2008-2009
<b>Países:</b>	Estados Unidos	Europa	Em escala mundial	EUA e mundial	América Latina	Internacional	EUA e mundial
<b>Processo ou evento associado:</b>	Final da expansão continuada do pós Primeira Guerra	Interrupção da ajuda americana sob forma de empréstimos	Conversibilidade sem coordenação de políticas macroeconômicas	Colapso do sistema de Bretton Woods, aumento dos preços do petróleo	Grandes projetos de desenvolvimento em meio à estagnação dos países avançados	Expansão dos mercados financeiros, capitais especulativos, ataques terroristas	Exacerbação do crédito imobiliário; propagação via derivativos nos demais mercados
<b>Especulação anterior com:</b>	Terra até 1925; ações em bolsa, 1928-29	(Não aplicável)	Câmbio, principais moedas	Ações, obrigações financeiras, imobiliário, super-petroleiros	Cartéis de commodities (petróleo), mercados bancários privados	Derivativos financeiros, letras do tesouro denominadas em dólar	Hipotecas subprime, derivativos e ativos financeiros (ações) sobrevalorizados
<b>Expansão monetária a partir:</b>	Ações compradas na margem	Empréstimos dos EUA	(Não aplicável)	Mercado de eurodólares	Reciclagem de petrodólares, euro-mercados	Vários tipos de liquidez, dólar e eurodólar	Instrumentos financeiros, ativos ultralavancados,
<b>Pico especulativo:</b>	Setembro 1929.	1929-31	Especulação nos mercados futuros de moedas dos países:	1969.	1979-1982.	1995-1997	2003-2007 (chochilo do Federal Reserve e das rating agencies?)
<b>Crises bancárias, pânico financeiro</b>	Outubro 1929	Austria, maio 1931; Alemanha, jun. 1931; Grã-Bretanha, set. 1931; Japão, dez. 1931; EUA, março 1933	França, 1958; Canadá, 1962; Itália, 1963; Grã-Bretanha, 1964; França, 1968; EUA, 1973, etc.	1974-1975	Agosto-setembro de 1982; inadimplência do México, insolvência do Brasil.	México: dez. 94; Ásia: julho 1997; Rússia: agosto 1998; Brasil: nov. 98-jan. 99; Turquia: jan. 01; Argentina: set. 2001	EUA: segundo semestre de 2007 a setembro-outubro de 2008; disseminação na Europa e Japão em 2008; Mundo?
<b>Empres-tador de última instância:</b>	Operações no mercado aberto do Federal Reserve de NY	Esforços mitigados dos governos dos EUA e da França	Rede de ajuda mútua do BIS (empréstimos entre bancos centrais, GAB)	Rede do BIS, FMI	Pacotes de "ajuda" dos bancos privados, esquemas oficiais (FMI, Baker-Brady)	FMI, G-7, bancos multilaterais, BIS	Bancos centrais dos principais países desenvolvidos e países emergentes
<b>Consequências para o Brasil:</b>	Queda nos mercados externos, perdas com o café, crise e revolução política	Recessão temperada por medidas anticíclicas (queima de café), suspensão de pagamentos, controle de câmbio	Inadimplência ocasional, renegociação das obrigações externas no âmbito do Clube de Paris e bilateralmente	Crédito externo generoso para projetos de desenvolvimento, grande aumento da dívida externa	Insolvência financeira, renegociação com o setor bancário privado, cartas de intenção com o FMI, controle de câmbio, moratória em 1987	Dependência capitais voláteis, juros altos, novos empréstimos e negociação de três acordos pré-ventivos com o FMI (1998, 2001 e 2002)	Redução dos créditos externos, desvalorização cambial com retração de investimentos financeiros, queda nos preços das commodities.

Fonte: Paulo Roberto de Almeida, *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Paz e Terra, 2001); parcialmente adaptado a partir de Charles Kindleberger, *Manias, panics, and crashes: a history of financial crises* (New York: Basic Books, 1978), p. 259; as três últimas colunas e última linha foram elaboradas pelo autor.

#### 4.1.4 Brasil, um agroexportador

Como parte da balança estrutural que considera Kautsky acerca do capitalismo, ou seja a relação entre o país industrial e o país agrário, o Brasil, mesmo que (como veremos abaixo) busque a internacionalização de seu capital, ainda pode ser entendido como um país sobretudo de expressão agrária, com grande participação no mercado mundial a partir do agronegócio e da exportação de commodities.

Segundo Scolari, o Brasil é um dos principais produtores mundiais de alimentos e fibras, representando mais de 4% do valor total das exportações mundiais do agronegócio. Em 2003 foi o 7º maior exportador agrícola do mundo (US\$ 21.442 bilhões). O país figura atrás dos “Estados Unidos (em 1º com US\$ 62 bilhões), França (em 2º com US\$ 42 bilhões), Holanda (em 3º com US\$ 41.9 bilhões), Alemanha (em 4º com US\$ 32.8 bilhões), Bélgica (em 5º com US\$ 22.6 bilhões) e Espanha (em 6º com US\$ 21.44 bilhões)”. (p.12). Contudo, está a frente do Canadá, país tradicionalmente exportador de grãos.

Para Scolari, o Brasil tem a condição de colocar em prática o slogan nacional de ser “o celeiro do mundo”. Seu desempenho na produção agropecuária é impressionante, pois a produção de grãos passou de 57 milhões de toneladas em 1990 para 115 milhões de toneladas em 2005, tornando-se um grande exportador agropecuário. O autor destaca que o Brasil movimenta mais de 4% do comércio mundial do agronegócio, sua liderança mundial está consolidada e é um dos principais exportadores de soja, açúcar, carnes de frango, suína e bovina, café, suco de laranja e fumo.

Contudo, mesmo o Brasil tenha conseguido aumentar espetacularmente sua produção agrícola, principalmente no período 1990/2003, quando cresceu quase 300%, o país ainda concentra muito sua exportação em matérias primas primária e bens de baixo valor agregado. Segundo Scolari (v. bibliografia), o café, a soja em grão, a torta de soja, o óleo de soja, a madeira, o açúcar e as carnes formam os produtos da pauta de exportação do agronegócio brasileiro, de baixo valor agregado, mesmo que represente parcela importante na formação do PIB. Segundo Scolari, nos últimos anos o “país diversificou as exportações e material de transporte, produtos metalúrgicos, químicos, petróleo e combustíveis, máquinas e equipamentos, minérios e material elétrico assumiram destaque nos volumes de exportações” (p.31). Nas exportações nacionais de 2004, esses itens equivaleram a 53,8 % do total das exportações. Os produtos mais importantes para o agronegócio foram o complexo da soja, da carne e da madeira, somando US\$19,19 bilhões

equivalente a 20% do total das exportações. No período 2001-2005, em termos de participação percentual, os produtos básicos responderam por 29%, os semimanufaturados por 14% e os manufaturados por 55%.

Scolari explica que o país já é um *big trader*, ou seja, “possui destacada influência na oferta mundial de vários produtos agropecuários e é referência mundial na tecnologia de produção de álcool de cana-de-açúcar, parte importante da matriz energética brasileira”. (p. 13). O autor descreve que entre 1994 e 2004, o agronegócio cresceu e se tornou o maior negócio do Brasil, responsável por 30% do PIB total do país.

Muitos fatores ajudaram a produzir este desempenho, principalmente o expressivo aumento da produtividade agrícola, graças a incorporação de novas tecnologias de produção – como material genético, manejo de solo, manejo de culturas, manejo de pragas e doenças, uso mais intenso e mais racional de insumos e corretivos – segundo Scolari. Para ele, graças aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento efetuados principalmente pela Embrapa, foram primordiais para este patamar tecnológico. A grande quantidade de terras a preços competitivos, a moderna maquinaria agrícola, a não incidência do ICMS (Lei de Kandir) na exportação de produtos agrícolas, além da adoção de uma política cambial de livre flutuação cambial, estabeleceram condições determinantes para o aumento da renda dos produtores e no desenvolvimento do agronegócio.

Em síntese, a relação entre o país industrial e o país agrário mudou nitidamente. Muito porque esta distinção nem é mais possível, já que o desenvolvimento industrial de um país agroexportador como o Brasil é algo iminente (assim como defendia Kautsky). Agrega-se mais valor ao produto agrícola e incorpora-se mais tecnologia, entretanto ainda assim o valor das commodities, que são os produtos que movimentam maior montante, são relativamente baixos em relação a mercadoria industrial, além de que as relações de trabalho no campo, no agronegócio e na agricultura familiar, ainda são altamente questionáveis.

## **4.2 O imperialismo kautskysta: a sociedade contemporânea**

Existem hoje, países que adotam o imperialismo kautskysta? Ou seja, no mundo conhecido como multipolar (pós muro de Berlim – 1989) há país que faz “esforço para subjugar e prender regiões agrárias”?

A suposição é que a Guerra do Golfo é a primeira expressão do imperialismo kautskysta no mundo pós Guerra Fria. Já a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque são os principais símbolos deste conceito teórico na sociedade globalizada do século XXI. Até mesmo a origem da Guerra do Golfo, ou seja, a tentativa de invasão do Kuwait (antigo Coveite) pelo Iraque para se restabelecer economicamente por estar debilitado após a Guerra Irã-Iraque pode ser considerada uma expressão do imperialismo kautskysta. Segundo Arraes (v. bibliografia)

Posto o cenário catastrófico em que se encontrava, após uma dezena de anos em beligerância, o Iraque interpretaria o gesto como provocação, como um teste para a verificação de sua fraqueza material. Em face disto, o país cogitaria a hipótese de invadir o Coveite como forma de amenizar seus problemas financeiros. Uma semana antes da ocupação, o Iraque comunicou suas intenções aos Estados Unidos, que não manifestariam desacordo explicitamente - apenas externariam preocupação -, ao colocar a questão como relativa aos países da região, chegando a, no máximo, recomendar-lhe que procurasse a via diplomática para tentar uma solução. O Iraque interpretaria a ocupação de seu vizinho como presumida recompensa pelos serviços prestados ao Ocidente e demais monarquias absolutistas do Oriente Médio. (ARRAES 2004)

A resposta dada pelos Estados Unidos a invasão iraquiana desencadeou a Guerra do Golfo 1990-1991, se caracterizando como a mais efetiva expressão do imperialismo kautskysta a partir deste período. Assim como mostra Arraes,

Durante seis semanas, a envergadura dos ataques para expulsar o Iraque foi intensa: quase 110 mil vôos que despejariam no adversário 84.200 toneladas de bombas, praticamente se igualando ao empreendido na Segunda Guerra Mundial. A opinião pública seria informada de que os bombardeios, apesar de seu alto poder destrutivo, atingiriam apenas alvos militares - seria a guerra cirúrgica, fruto das armas "inteligentes". Todavia, o conceito mostrar-se-ia ambíguo, à medida que a infra-estrutura - estradas, estações energéticas e de abastecimento de água, linhas de comunicação - seria sobremaneira avariada e afetaria naturalmente a população civil. O Iraque seria o primeiro país do Terceiro Mundo a experimentar a nova doutrina militar. O objetivo seria duplo: apagar a imagem do malogro no Vietnã e mostrar aos demais países o preço a pagar ao desafiar-se a hegemonia norte-americana, independente de ter sido aliado no passado próximo. (ARRAES 2004)

Após a invasão estadunidense, o Iraque encontrava-se, segundo Arraes, sem opções graças às sanções de toda ordem. Logo, o país encontrava-se dependente da “comunidade internacional” para constatar a não existência de programas de armas químicas, biológicas, nucleares, mísseis de longo alcance, e da efetuação do pagamento de indenizações de guerra. Tiveram sanções como a proibição da importação de produtos químicos, laboratórios, geradores de energia, equipamentos de comunicação, ambulâncias e até lápis

- por causa da grafite, que poderia ter emprego militar. Por um longo período, somente chegou a ser efetuada a troca de petróleo por remédios e alimentos. Um terço do valor em comercialização tido no Iraque era revertido para o pagamento das indenizações, conclui Arraes. Logo, o imperialismo kautskysta fica evidente no interesse estadunidense em alimentar sua indústria bélica e buscar novas fontes de petróleo.

Já a respeito da Guerra do Afeganistão (2001-presente), segundo Saliba (v. bibliografia), o motivo alegado pelos EUA para invasão do território afegão foi que seu governo apoiava Osama Bin Laden (destaca-se que ele era antigo aliado dos EUA) nos atentados do dia 11 de setembro de 2001 aos EUA, fato que afetou a hegemonia americana. A autora explica que naquele ano Bush estava no começo de uma frágil eleição, já com uma polêmica gestão, principalmente por ter sido eleito pela suprema corte e não pelo povo. A queda das torres e o discurso bélico, militarista, aumentaram a popularidade de Bush para 80%, segundo Saliba, assim, “os americanos lançaram-se numa guerra de aniquilação ao terrorismo com uma força moral que eles só tiveram a seu lado na II Guerra Mundial.” (p. 396). Os ganhos da indústria bélica estadunidense influenciavam, assim, mais uma vez a diplomacia do país.

“Essa situação que os EUA propõem ao mundo é um ato que fere a soberania dos Estados, pois exclui, através do uso da força, a possibilidade de que os países se neutralizem diante do conflito” (SALIBA 2009 p. 396), estabelecendo assim, a dominação político-militar e a dependência político-econômica.

Já sobre a Guerra do Iraque (2003-presente) ou a Segunda Guerra do Golfo, segundo Bresser-Pereira (v. bibliografia), o governo estadunidense alegou que sua principal motivação dava-se pela hipótese de existir armas químicas de destruição em massa, afirmando que somente a guerra preventiva seria eficaz para impedir esta ameaça. O autor questiona ainda sobre a falta de capacidade do governo estadunidense para explicar o motivo para que as políticas clássicas da contenção ou da dissuasão não teriam sido suficientes.

Bresser-Pereira afirma que a guerra não pode ser explicada pelas razões apontadas pelo governo dos EUA. A explicação mais comum é que, além da íntima relação de Bush com a indústria do petróleo, os Estados Unidos estariam buscando apoderar-se do suprimento de petróleo, particularmente estratégico, na medida em que suas próprias reservas significam somente dois por cento das reservas mundiais. O autor explica que o Iraque contém a segunda maior reserva petrolífera do mundo, constituindo-se primordial para o fluxo de petróleo do Oriente Médio. Assim, ele entende que os EUA necessitam do

petróleo iraquiano por motivos econômicos e, portanto, não é a democracia a causa da guerra, mas a segurança econômica estadunidense.

Bresser-Pereira faz referência a política do imperialismo kautskysta, afirmando que hoje este método não faz mais sentido.

Na era da diplomacia do equilíbrio de poderes faziam-se guerras pelo controle das fontes de matérias-primas; no tempo da globalização essas guerras não fazem sentido. Uma das razões da indignação da opinião pública mundial está precisamente no fato de que o argumento econômico não é persuasivo, na verdade não faz sentido. (BRESSER-PEREIRA p. 39)

E ainda Fontes apresenta mais exemplos do imperialismo kautskysta na sociedade globalizada como as ocupações da Palestina e do Haiti.

Os formatos do controle imperialista sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial (Palestina, Iraque e Haiti são exemplos significativos). (FONTES 2010 p. 111)

E como é conhecido, no Haiti o Brasil tem grande comprometimento.

### **4.3 O ultra-imperialismo: a sociedade contemporânea**

O ultra-imperialismo se concretizou?

Segundo Fontes:

Kautsky foi retomado em tempos recentes por alguns autores que recuperavam sua hipótese de um ultraimperialismo pacífico e a aplicaram às condições do predomínio estadunidense após a Guerra Fria e, em especial, ao período imediatamente posterior à derrocada da União Soviética, no que chamaram de unipolaridade. Ressaltavam duas proposições de Kautsky: a) guerras seriam excessivamente onerosas para o capital, que precisaria conter as despesas militares e b) a expansão anexionista era apenas uma das políticas possíveis para o capital, sendo a democracia sua forma política mais conveniente. (FONTES 2010 p. 110)

Recapitulando, o Ultra – imperialismo é a união íntima dos Estados dominantes da economia internacional, formando uma Santa Aliança (análoga a um cartel), colocando fim as guerras, pois seria possível obter maior lucratividade sem guerra (pois com ela muito capital é destruído e o desenvolvimento regride). Esta condição desencadearia a amenização da concorrência entre esses Estados, e possibilitaria a conclusão de tratados a

favor do desenvolvimento das instituições, do capital e principalmente de uma “paz” estável para as massas. O capitalismo, então, passaria por uma re-organização que visaria principalmente o bem estar social (diminuindo a desigualdade) e a manutenção do meio ambiente (sustentabilidade).

Segundo o Secretariado Maurice Hankey da Conferência de Paz de Paris realizada em 1919 entre os ganhadores da I Grande Guerra, o principal interesse (mesmo que, sobretudo retórica) era a realização da paz, superando as feridas daquela guerra (procedimento defendido por Kautsky).

Desse modo, não nos sentimos menos do que gratificados com a perspectiva de conviver com os *peacemakers* que estarão coordenados por este Secretariado tão confiante em seu dever, tão comprometido com a sublimação do interesse maior de todos os Estados que é a paz duradoura. Somos honrados com nossas funções e não pretendemos decepcioná-los. (X ONU JR 2012 p. 4)

Assim, a união íntima entre as grandes potências, como a cartelização da política externa, pode ser representada já no pós Primeira Grande Guerra através da Liga das Nações. Como evidenciado na X ONU JR 2012 (v. bibliografia),

O principal ponto a ser discutido na Conferência, sob a ótica dos Estados Unidos da América, é o projeto do presidente Woodrow Wilson de criar a chamada “Liga das Nações”. Para ele, não é possível a manutenção da paz por meio do cultivo de revanchismos e punições severas aos Estados considerados agressores uma vez que, dessa forma, as conseqüências podem ser exatamente as opostas daquelas desejadas, que são a paz e a estabilidade política no continente. Para tanto, uma organização com o intuito de promover a cooperação entre os países seria indispensável. (X ONU JR 2012 p. 35)

Entretanto, sem a participação dos Estados Unidos nesta Liga (não permitida pelo congresso estadunidense em questão), como explica Baracuhy (2006), por não concordar com os termos do Tratado de Versalhes, a organização falece na incompetência de frear a II Guerra Mundial, dando posteriormente lugar para a Organização das Nações Unidas, esta sim, com a presença estadunidense

A Organização que podemos chamar de predecessora da ONU é a Liga das Nações, uma instituição criada em circunstâncias similares durante a I Guerra Mundial em 1919 sob o Tratado de Versalhes. A Liga das Nações deixou de existir devido à impossibilidade de evitar a II Guerra Mundial. (ONUBR - A história da Organização)

O que fica evidenciado é que a necessidade de uma paz duradoura no término daquela guerra, assim como entendida por Kautsky, era também a pauta da Liga Nações e seria ainda a das Nações Unidas no término da II Grande Guerra.

Depois da II Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. (ONUBR - A história da Organização)

Confirmando Kautsky: “Mas do ponto de vista puramente econômico não há mais nada para evitar que esta explosão de violência finalmente substitua o imperialismo por uma santa aliança dos imperialistas”. Assim, o principal símbolo que representa o cartel das maiores potências capitalistas, dando início a “Era” da política do Ultra-imperialismo, é a ONU – Organização das Nações Unidas. De acordo com *ONUBR (Nações Unidas no Brasil) - A história da Organização*, o nome Nações Unidas foi dado pelo ex-presidente estadunidense Franklin Roosevelt em 1942, após os representantes de 26 países assumirem o compromisso de que seus governos lutariam ainda contra as potências do Eixo. As Nações Unidas tem sua criação oficial em 24 de outubro de 1945, após a validação da Carta das Nações Unidas pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários.

Segundo a *ONUBR (Nações Unidas no Brasil) - Como funciona?*, a Organização possui seis principais órgãos: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Seus idiomas oficiais são o inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. E seu financiamento é feito por todos os Estados-Membros, conforme a riqueza e o desenvolvimento de cada país. A Assembléia Geral é o principal órgão deliberativo da ONU, sendo que todos os Estados-Membros, somando 193 países na atualidade, discutem os assuntos que se referem a todos os indivíduos do planeta. Nesta Assembléia Geral, todos os países possuem um voto, constituindo igualdade entre todos seus membros. Os assuntos tratados são: paz e segurança, aprovação de novos membros, questões de orçamento, desarmamento, cooperação internacional em todas as áreas, direitos humanos, etc. O Conselho de Segurança é responsável pela paz e segurança internacionais, sendo formado por 15 membros: cinco permanentes, possuindo o direito a veto (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China), e dez não-permanentes (eleitos pela Assembléia Geral por dois anos). Este órgão tem poder decisório e todos os membros são obrigados a acatar e

cumprir as decisões deste Conselho. Já o responsável por coordenar o trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas, é o Conselho Econômico e Social. Destaca-se sua preocupação com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, ciência e tecnologia, bem-estar social e muitas outras questões econômicas e sociais. A respeito do Conselho de Tutela, cabe a ele a supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. Já a Corte Internacional de Justiça tem sede em Haia na Holanda e é o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Todos os países membros do Estatuto da Corte podem recorrer a ela. E por fim, o último órgão - o Secretariado - presta serviço a outros órgãos das Nações Unidas e administra os programas e as políticas que elaboram. Dentre suas principais funções destacam-se: a administração das forças de paz, a análise de problemas econômicos e sociais e a preparação de relatórios sobre o meio ambiente.

Segundo Susan George (v. bibliografia), o principal mérito da ONU é justamente a proliferação da paz, entretanto, seus órgãos não se mostram eficientes em suas funções. O mais promissor, segundo a autora, é a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que proporciona, dentre outros, a vacinação de crianças da maioria dos países. Contudo, ele afirma que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) não possui nenhuma eficácia nem na produção, nem na distribuição dos produtos agrícolas; a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) é totalmente ineficaz para preservação do mesmo; e, por fim, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) não estabelece nenhuma influência importante a respeito do comércio. Órgãos que, justamente, deveriam agir na direção defendida por Kautsky.

Já, outro representante desta política do ultra-imperialismo é o Grupo Banco Mundial, também criado nos desdobramentos da II Grande Guerra

O Banco é “propriedade de” 181 países-membros cujas perspectivas e interesses são representados por um conselho dirigente e um conselho diretor sediados em Washington. Banco Mundial é uma denominação genérica para numerosas instituições financeiras internacionais como o Banco de Pesquisa e Desenvolvimento (Bird), a Associação Internacional de Corporação Financeira e Desenvolvimento Internacional. Um país, para integrar o Bird, deve primeiramente associar-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A intenção original, e louvável, do Banco Mundial e de seus antecessores e parceiros era a de promover um novo fluxo de desenvolvimento e a reconstrução das economias debilitadas pela Segunda Guerra Mundial. O Banco vem traduzindo essas intenções com liberalidade e, atualmente, têm interesses financeiros em quase todos os países “em desenvolvimento” ou em transição. (PENN 2002)

Segundo (PENN 2002), os EUA detêm 16,49% dos votos sendo os maiores acionistas. A França, a Alemanha, o Japão e o Reino Unido juntos detêm outros 16% dos votos, indicando cada um, juntamente com os EUA, um diretor executivo. A China, a Arábia Saudita e a Federação Russa também indicam um diretor. Já os restantes diretores executivos, somando 19, são eleitos por um grupo de alguns países.

Totalizando o Ultra-imperialismo, a OCDE também pode ser considerada uma cartelização da política externa para fins que se assemelham aos considerados por Kautsky. Segundo Coutinho,

Com efeito, a sucessão exitosa de encontros de cúpula entre liderança da OCDE, caracterizando uma fase de intensa coordenação política e de política cambial e financeira entre os Estados capitalistas, parece finalmente ter vindicado a tese kautskiana do “superimperialismo”, isto é, uma tendência a coalizão deliberada dos Estados capitalistas frente às crises econômicas e políticas. (COUTINHO 1992 p. 70)

As declarações da Organização evidenciam a motivação a respeito do que Kautsky defendia, ou seja, a paz duradoura sem o objetivo de punir os perdedores.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) comemorou seus 50 anos, mas sua história remonta à Europa em ruínas depois da guerra. Determinada a não repetir os erros de seus antecessores no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, os líderes europeus perceberam que a melhor maneira de garantir uma paz duradoura foi a incentivar a cooperação e reconstrução, não para punir os vencidos. (*OCDE - DES POLITIQUES MEILLEURE POUR UNE VIE MEILLEURE – qui fait quoi*) (tradução minha)

Segundo a *OCDE - DES POLITIQUES MEILLEURE POUR UNE VIE MEILLEURE - Histoire*<sup>16</sup>, a origem da Organização também está nas conseqüências da II Guerra Mundial, através da criação em 1947 da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), responsável por administrar o Plano Marshall (financiamento dos Estados Unidos para reconstruir uma grande parte do continente europeu, devastado pela II

---

<sup>16</sup> Segundo a *OCDE - DES POLITIQUES MEILLEURE POUR UNE VIE MEILLEURE - Qui fait quoi*, a Organização é dividida em 3 estruturas, o Conselho, os Comitês e a Secretaria. O Conselho é composto por um representante de cada país membro, mais um representante da Comissão Européia. O Conselho reúne-se regularmente e adotam decisões por consenso. Uma vez por ano, o Conselho da OCDE discute os principais problemas e estabelece prioridades para o trabalho da Organização. Os Comitês são representados pelos 34 países membros reunindo-se em comissões especializadas para discutir suas idéias e avaliar os progressos em áreas específicas de ordem pública, tais como a economia, comércio, ciência, emprego, educação e os mercados financeiros. E a Secretaria da OCDE tem sede em Paris, possuindo o objetivo de executar o que for decidido segundo as prioridades estabelecidas pelo Conselho. A equipe conta com economistas, advogados, cientistas e outros especialistas.

Grande Guerra). Em Convenção de 14 de dezembro de 1960 há a entrada dos Estados Unidos e do Canadá, e em 30 de setembro de 1961, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entra oficialmente em vigor. A entrada do Japão ocorreu já em 1964. Atualmente a OCDE contém 34 países membros e possuem o objetivo de identificar problemas, analisá-los e promover políticas para resolvê-los. Negocia-se a entrada da Rússia, além de já existir relações estreitas com a África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia, somando assim 40 países, representando 80% do comércio mundial e dos investimentos. Nesses 50 anos, a riqueza nacional dos Estados Unidos quase triplicou (em relação ao produto interno bruto per capita) e em outros países da OCDE aconteceram progressos semelhantes. Dos 34 membros, somente México, Chile e Turquia não representam os chamados “desenvolvidos”.

Em relação ao G8, talvez maior símbolo do ultra-imperialismo (pelo menos em potencial), o sitio virtual oficial do Governo do Canadá (v. bibliografia) descreve que o Grupo dos Oito é formado pelos oito países mais industrializados do mundo, ou seja, por Canadá, Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. Representado por um fórum que objetiva formar um espaço comum sobre problemáticas globais, buscando soluções para os problemas. Os líderes desses países formalizam relatórios regulares, a partir de reuniões formais uma vez por ano como G8. O Grupo dos 8 tem suas origens como um instrumento de política econômica. Quando o choque do petróleo de 1973 afetou profundamente as grandes economias, o presidente francês Giscard D'Estaing convocou os líderes da Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Reino Unido para uma reunião em 1975 a fim de encontrar uma solução para aquela crise. Canadá se juntou ao grupo em 1976. A União Européia entrou no estatuto como observador no ano seguinte e, embora não faça parte dessa rotação de hospedagem, participa do G-8 e é representada pelo Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Européia. E a Rússia tornou-se membro pleno (com todos os direitos) do G8 – antigo G7 – em 1998. Segundo o governo canadense, a cúpula aborda amplo leque de questões em áreas como o desenvolvimento internacional, saúde, paz e segurança. Os chanceleres deste grupo tratam especificamente das questões de política externa e de segurança, além de apoiar os esforços da cúpula. Os Ministros das Finanças reúnem-se regularmente durante o ano e em uma reunião dos G-7 (sem a Rússia) em Washington, DC, em outubro de 2008, houve a elaboração de um plano que visa aliviar a crise financeira global. Eles incluíram recomendações e medidas para ajudar as instituições financeiras em dificuldade e para o descongelamento do crédito e do mercado monetário.

Assim, pode-se representar a nova política do ultra-imperialismo como no quadro abaixo, diferenciando o ultra-imperialismo dos *Zollverein*, que para Kautsky deveria ser combatido graças a sua falta de universalismo.

Tabela 4: Ultra-imperialismo *versus* Zollverein

<b>ULTRA-IMPERIALISMO:</b>	<b>ZOLLVEREIN:</b>
ONU	UNIÃO EUROPÉIA
GBM	NAFTA
OCDE	SAFTA
G8	MERCOSUL
UNASUL (que será analisada em 4.4)	COMUNIDADE ANDINA

Todas estas organizações têm como proposta o desenvolvimento do bem-estar da sociedade, assim como defendia Kautsky, entretanto, elas esbarram nos interesses individuais de cada nação. O principal exemplo ainda no século XXI foi a ineficácia da ONU em impedir a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque.

Segundo (BUMILLER; SHANKER 2012), em relação ao fim das guerras, houve o anúncio em janeiro de 2012, feito em rede mundial pelo presidente estadunidense, de que os EUA diminuirão seus gastos militares devido aos déficits gerados pelas guerras do Afeganistão e Iraque. Isto poderia ser o desencadeamento do que defendia Kautsky, ou seja, as guerras são onerosas demais para o capital. Todavia ainda está longe de ser suficiente e definitivo. A guerra feita pelos Estados Unidos, agora, será estratégica visando a manutenção de sua hegemonia, sem precisar manter soldados em campos de batalhas. Os gastos visarão às bases estadunidenses espalhadas pelo mundo como centros de intimidação preventiva. (os Estados Unidos vão mais vigiar do que punir<sup>17</sup>).

Entretanto, mesmo com a possibilidade de uma sociedade não ameaçada por guerras, ainda existem inúmeras contradições ao pensar numa significativa melhora social. Mesmo considerando uma guerra envolvendo o ocidente, principalmente em seu território, distante de se concretizar, o ultra – imperialismo parece realmente contraditório na busca de democratizar a sociedade. Os desenvolvidos países Europeus, hoje, mesmo que seguindo os preceitos social-democratas, não parecem terem se desenvolvido pela não possibilidade de guerra e na direção do bem estar dos trabalhadores. E mesmo que, como no Brasil, esteja havendo na atualidade uma expansão na distribuição de renda como

---

<sup>17</sup> Referencia ao livro *Vigiar e Punir* de Michael Foucault

objetivo de desenvolvimento capitalista em todas as áreas do território brasileiro, sob direcionamento do capital, é irresponsável afirmar uma melhora real (no rumo da socialização) na condição de existência social e humana do trabalhador. Além da perspectiva de término dos gastos militares terem ainda hoje, um abismo de distancia de tornar-se realidade. Assim como evidenciam as críticas de Fontes.

Depois das duas guerras mundiais devastadoras, se não se seguiram conflitos bélicos entre as principais potências imperialistas, as razões são diferentes do que supôs Kautsky em 1914. O papel que deveria cumprir o ultra-imperialismo para a redução das despesas militares jamais ocorreu. (FONTES 2010 p. 111)

Em síntese, diferentemente do que Lênin previa, o ultra-imperialismo se concretizou. E até mesmo, em relação ao que ele chama de ultra-agricultura – como um monopólio agrícola – entende-se, pela existência do agronegócio, que Lênin também não havia previsto a possibilidade das Revoluções Verdes e do movimento concorrência – monopólio – concorrência para a agricultura.

Será possível o “ultra- imperialismo” “do ponto de vista puramente econômico”, ou será isto um ultradisparate? Se por ponto de vista puramente econômico se entende a “pura” abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto vai na direção do monopólio mundial único, de um trust mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que ,o “desenvolvimento vai” no sentido da produção dos artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a “teoria” do ultraimperialismo é tão absurda como seria a “teoria da ultra-agricultura,”. (LENIN 1916 p. 45)

Entretanto, o ultra-imperialismo também se esbarra nas críticas do próprio Lênin, isto é, de que a concorrência entre capitalistas desencadearia a defesa dos interesses do capital falando mais alto do que a busca por eles mesmos da organização da sociedade para constituir a Social-democracia<sup>18</sup>. Assim como acreditava Hilferding

---

<sup>18</sup> Além da exorbitante quantia destinada ao pagamento dos juros e amortização da dívida pública interna e externa brasileira para 2012, equivalendo a 47,19% de todo o Produto Interno Bruto (Projeto de Lei Orçamentária para 2012, aprovado pelo Congresso Nacional no final de dezembro de 2011 - fonte disponível em [http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel\\_final/vol4/12\\_desp\\_pao\\_e\\_orgao.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/12_desp_pao_e_orgao.pdf)). Ou seja, qual a possibilidade real de diminuição consistente da pobreza e da desigualdade social e regional destinando quase metade de toda a riqueza produzida no país para os rentistas e parasitas econômicos [conceito de (LENIN 1916)]? Esta remessa gigantesca de recursos para o capital financeiro evidencia a complexidade da luta de classes na sociedade atual. Contudo esta pesquisa não tem como se estender para esta questão.

O ponto crucial é que nos encontramos, no presente, em um período do capitalismo em que a era da livre concorrência, durante a qual o capitalismo estava inteiramente submetido às leis cegas do mercado, foi essencialmente superada, e estamos nos movendo em direção a uma organização capitalista da economia; em resumo, de uma economia regulada pelo livre jogo das forças para uma economia organizada. (HILFERDING 2002 p. 523)

Ou seja, no momento, é mais provável “naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo)”. (LENIN 1916 p. 48).

Ou de maneira ainda mais profunda. Será que o ultra-imperialismo, como acreditava Lênin, seria um cartel que iria partilhar os mercados do mundo ora de maneira pacífica (com acordos), ora de maneira não pacífica (sem acordos)?

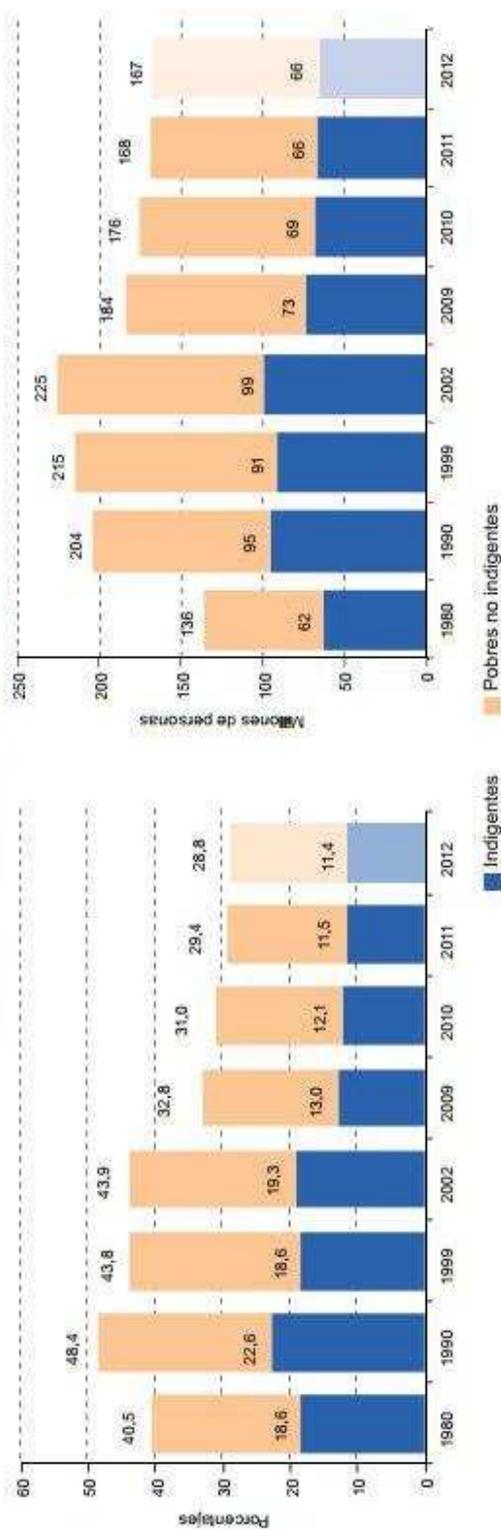
Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do “ultraimperialismo” (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios “poderia” qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma nova partilha do mundo, a transição da partilha pacífica para a não pacífica, e inversamente). (LENIN 1916 p. 46)

Independente de suposições, o que se tem de concreto é a grande quantidade de pessoas na pobreza em contrapartida as intenções de Kautsky com o ultra-imperialismo. Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), no Panorama Social de América Latina 2012 (v. bibliografia), 167 milhões de pessoas estão na condição de pobreza no continente sulamericano. Entretanto, as estatísticas vêm diminuindo (nos países em desenvolvimento, cuja pobreza é mais latente) como mostra o Relatório. O que permite um questionamento em relação a possibilidade de transformações atuais, de desdobramentos diferentes dos tidos até o momento, ou até o começo deste século [quando a pobreza só crescia – ver (SABENÇA 2010)]. Até então seria improvável pensar nisso.

No gráfico abaixo evidencia-se esta situação.

Gráfico 1: Evolução da pobreza e da indigência entre os anos de 1980-2012:

**AMÉRICA LATINA: EVOLUCIÓN DE LA POBREZA Y DE LA INDIGENCIA, 1980-2012<sup>a</sup>**  
*(En porcentajes y millones de personas)*



**Fuente:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

<sup>a</sup> Estimación correspondiente a 18 países de la región más Haití. Las cifras que figuran sobre las secciones superiores de las barras representan el porcentaje y el número total de personas pobres (indigentes más pobres no indigentes). Las cifras relativas a 2012 corresponden a una proyección.

Por fim, utilizarei as palavras do ex-economista chefe do Banco Mundial para afirmar o quanto está distante o auge da democracia capitalista e o quanto o ultra-imperialismo é – no mínimo – ineficiente.

(...) há um déficit democrático no modo como a globalização foi gerida. As instituições internacionais (o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio), que receberam a missão de escrever as regras do jogo e gerir a economia mundial, refletem os interesses dos países industriais avançados – ou, mais em particular, interesses especiais (como da agricultura e do petróleo) dentro desses países. Esse desequilíbrio é, em alguns casos, resultado de direitos de voto distorcidos, outras vezes, advém do puro poder econômico dos países e interesses envolvidos. O desequilíbrio está tanto na pauta como nos resultados em cada campo de batalha da globalização, do comércio ao meio ambiente e ao financiamento. (STIGLITZ 2007 p. 420-421)

#### **4.4 O ultra-imperialismo e o Brasil**

Já a relação do ultra-imperialismo com o Brasil pode estar delineada na criação da UNASUL.

Parte de esta nova forma de fazer política é para a coordenação do capital, ou seja, o Ultra-imperialismo. A União das Nações Sul-americanas - UNASUL - representa a cartelização da política externa na América do Sul. A UNASUL é o mais completo projeto de bloco de integração da história latino – americana, fruto da necessidade de buscar novas possibilidades de inserção na sociedade internacional globalizada. O termo de criação é eloqüente sobre as intenções do bloco:

A União das Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (SANTOS 2008) (tradução minha)

Momento de importância simbólica na história sul-americana, pois, os Estados Unidos não estão diretamente envolvidos. Roberto Romero (ver bibliografia) conclui:

Trata-se de um acontecimento histórico. Neste 23 de maio (2008), os chefes de Estado de 12 nações assinaram, em Brasília, o Acordo Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cujas bases estão sendo estabelecidas desde 2004 em instâncias da Venezuela, Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Equador, e que deixa para trás a inoperante Comunidade Sul-Americana de Nações. Suas áreas de atuação, definidas na Cúpula de Brasília de 30 de setembro de 2005, são o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, a inclusão social, a justiça social e as telecomunicações. E uma aliança militar sem os EUA. (ROMERO - Boletim Temático Ano III n.02–junho- 2008) (grifos meus)

Entretanto, a mesma crítica feita aos outros representantes do Ultra-imperialismo, também pode ser feita a UNASUL. Isto é, os interesses nacionais para reproduzir o capital ainda se sobrepõem as intenções previstas pela Social-democracia. Por exemplo, em busca da hegemonia no continente, o Estado brasileiro projeta seu desenvolvimento econômico na expansão de seu capital para o resto do continente sulamericano.

A proposta de integração no âmbito da saúde feita pelo governo brasileiro representa atitude de liderança. O Instituto Sul - Americano de Governo e Saúde (ISAGS), sediado na cidade do Rio de Janeiro cujo Coordenador Executivo é o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ainda não tem sua situação jurídico-administrativa formalizada e está em fase final de implantação. Mas ainda sim já foi proposto no âmbito da UNASUL, a partir do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sendo seu principal objetivo constituir-se como um centro de altos estudos e debate de políticas para o desenvolvimento de lideranças e de recursos humanos estratégicos em saúde. E também buscar estabelecer o desenvolvimento da governança e liderança em saúde nos países da América do Sul, oferecendo subsídios para a demanda regional em saúde global. Segundo Temporão

Queremos que o ISAGS funcione como catalisador de iniciativas, como potencializador de tecnologias, o conhecimento de que a saúde vem se tornando cada vez mais importante em termos globais à disposição dos ministérios da saúde do continente (Núcleo de Estados sobre Bioética e Diplomacia em saúde).

Outro projeto no âmbito da UNASUL é a criação do Conselho Sul Americano de Defesa, aprovado na Cúpula de Nações Sul-Americanas realizada em 16 de dezembro de 2009 no Brasil. O projeto propõe bases de confiança entre os países da América do Sul, entretanto essa medida foi a mais questionada, pois, proposta pelo Brasil, a primeira votação teve o voto negativo da Colômbia. O termo defende, dentre outros, justamente a constituição da paz. Segundo o termo de criação:

Fortalecer a América do Sul como zona de paz, comprometendo-nos a estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando nossa decisão de abster-nos de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL.  
Reafirmar nosso compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como o rechaço à presença ou ação de grupos armados à margem da lei.  
Reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e

integridade de qualquer nação sul-americana e em consequência a paz e segurança na região. (ITAMARATY - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL)

Este Conselho vai ao encontro da idéia de “reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados” como evidenciado no termo de criação da UNASUL. A intenção do ultra-imperialismo é a coordenação do capital pela amenização da concorrência para o desenvolvimento social, assim como está evidenciado no termo de criação do bloco, contudo, ainda é limitadíssima a conduta do bloco.

Samuel de Jesus (ver bibliografia) mostra que o interesse do Estado brasileiro em defender os interesses individuais de seu capital se sobrepõe a concepção de Kautsky ao Ultra-imperialismo.

O tal Plano sinaliza a intervenção militar no exterior com o objetivo de “garantir” a integridade dos cidadãos e do patrimônio nacional em terras estrangeiras. Certamente não parece ser fora de propósito a desconfiança dos países vizinhos do Brasil quanto às suas pretensões imperialistas. Ao que tudo indica passou a existir uma motivação dos setores militares em constituir um dispositivo legal para a intervenção militar brasileira nos países sul-americanos, após a nacionalização da Petrobrás na Bolívia e as intenções do Paraguai de querer rever a tarifa de energia exportada para o Brasil e as tentativas na tomada de terras dos brasiguaios, assim como o calote do Equador no BNDES/ODEBRECHT. (JESUS 2009)

A influência política desta iniciativa já tem muita importância devido à fragilidade muitas vezes dos governos vizinhos em se impor sobre as decisões de uma economia tão maior como a brasileira. Portanto, Samuel de Jesus conclui afirmando sobre essa precipitação do Brasil em querer estabelecer bases de confiança e ao mesmo tempo promover uma política nacionalista através do Plano Nacional de Defesa. Condutas pelo menos contraditórias.

o Plano Nacional de Defesa é composto por diretrizes a serem implantadas no âmbito do Estado brasileiro. É mais um dispositivo legal em mãos das forças armadas brasileiras para respaldar suas ações unilaterais em detrimento dos movimentos, grupos, associações civis e da diplomacia, (entenda-se Itamarati). O senso comum parece corroborar com a ação das forças armadas no exterior em “defesa” dos cidadãos e interesses brasileiros. É preciso dizer que este mesmo senso comum apoiou os militares no golpe de 1964. Como diz Ferreira Goulart, o poeta, de forma clarividente “é preciso clima para a instalação do autoritarismo.” No entanto, não é de se subestimar a capacidade da Questão Amazônica em exaltar os nacionalismos, por isso precisa – se, sobretudo de atenção, pois a História sempre dá alguns avisos que fazemos questão de ignorar. Assim é preciso que critiquemos duramente esse Plano Nacional de Defesa que está sendo aprovado sob as nossas barbas. (JESUS 2009).

A problemática levantada pelos vizinhos brasileiros é o uso da UNASUL para fortalecimento da hegemonia do Brasil, gerando a inserção de seu capital a concorrência internacional, superando o estágio de relações subalternas<sup>19</sup> (de concorrência, sobretudo).

Segundo Fontes, na Argentina em 2009 percebia-se uma avalanche de investimentos diretos brasileiros. A Petrobras passou a ser o segundo grupo econômico de petróleo e gás no país, a Camargo Correa comprou a maior fábrica de cimento da Argentina e a Friboi tornou-se a maior do setor frigorífico argentino. No Peru, a Petrobras entra em 2002 com a compra da Perez Companc, em 2004 entra a Companhia Vale do Rio Doce adquirindo a refinaria Zinc Cajamarquilla, e o Grupo Gerdau comprando a Siderperú, segundo Fontes. No Equador, a Odebrecht investe desde 1987 e a Petrobras desde 2002 após comprar a Perez Companc. Segundo Fontes,

inúmeras denúncias ocorreram, levando a uma política brasileira de tipo indutivo, pela qual a liberação de créditos do BNDES para obras de infraestrutura dependeriam da contratação de empreiteiras brasileiras, e atuava como “condicionalidade para os financiamentos” do Banco. (FONTES 2010 p. 341).

No Paraguai, acordos não foram cumpridos em relação a hidrelétrica de Itaipu e foi oficializada pelo governo brasileiro uma política expansionista para o fenômeno dos brasiguaios (gerando expropriações de primeiro grau). Já na Bolívia, Fontes descreve que

a Petrobras era a maior empresa em atividade naquele país, detendo 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo, controlando várias etapas da cadeia produtiva, como 100% do refino. Em 2006, ocorreu a nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo Morales. (FONTES 2010 p. 342).

Já segundo Borges, na Bolívia também há a prática de emigração de brasileiros para compra de terras objetivando a produção de soja e assim cerca de 200 mil estão nesse país sendo que cerca de 100 famílias brasileiras dominam 35% da produção de soja. Além disso,

(...) outra crise envolvendo empresas brasileiras e o governo Boliviano ocorreu com a construtora Queiroz Galvão, quando em setembro de 2007 a empresa teve seqüestrados seus bens pela justiça boliviana. Basicamente isso ocorreu devido à acusação de que a empresa brasileira não cumpriu o cronograma de obras

---

<sup>19</sup> Conceito retirado de IANNI 1988

previstas no contrato e do aparecimento de fissuras em trechos do pavimento recém construído com o surgimento de material orgânico no asfalto. (...) o que nos chamou a atenção foi que a Bolívia teria que renegociar um novo contrato com o governo brasileiro se quisesse manter o financiamento do Ministério do Desenvolvimento, via o Proex, que é um programa de apoio ao crédito aos vizinhos, (...) Esses “empréstimos condicionados” dão uma grande margem para que os vizinhos nos chamem de subimperialistas. (BORGES 2011 p. 75)

Como vemos, as principais beneficiadas do atual momento de expansão da economia brasileira são as empresas internacionalizadas de capital nacional (em detrimento a integração e cooperação regional), sendo fruto, segundo Fontes, dos esboços de internacionalização de capitais brasileiros que se deram a partir da década de 1960. Através, principalmente, de iniciativas capitaneadas pela ditadura militar, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o governo ditatorial do Paraguai, caracterizando o início da alteração da escala de expansão e concentração de capitais, melhor definidas na década de 1990 no Brasil. Além de que, através do imenso crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, e da concentração estimulada pelas privatizações e centralizações (fusões e aquisições) de empresas, o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros potencializou-se, explica a autora.

Assim, Fontes apresenta um ranking de 2008, promovido pelo *Valor Econômico* e *Sobeet*<sup>20</sup> que identifica as 50 empresas mais internacionalizadas do país, porém incluindo apenas as que responderam ao questionário enviado pelos organizadores da pesquisa. O índice de internacionalização foi calculado pela participação de empregos, ativos e receitas das companhias no exterior em relação aos números globais de cada empresa. Na tabela a seguir, mostra as 25 empresas mais internacionalizadas apresentadas na ordem do grau de internacionalização definido pelo *Valor Econômico* e *Sobeet*. Vale observar a proporção de trabalhadores no exterior diante daqueles empregados no país, assim como a quantidade da receita no exterior com relação à auferida internamente.

Tabela 5: As 25 empresas de origem brasileiras mais internacionalizadas

Empresa	Setor	Proporção no exterior em relação ao total - Receitas - 2007 - %	Proporção no exterior em relação ao total - Empregos - 2007 - %

<sup>20</sup> Sociedade Brasileira de Estudos e Empresas Transnacionais e Globalização.

JBS-Friboi	Alimentos	81,0	64,6
Construtora Odebrecht	Construção e engenharia	70,4	47,0
Gerdau	Metalurgia e siderurgia	57,7	49,4
Coteminas (Springs Global)	Têxtil, couro e vestuário	85,7	34,5
Ibope	Serviços especializados	38,9	57,3
Vale	Mineração	37,5	25,21
Sabó	Veículos e peças	41,2	28,3
AMBev*	Bebidas	36,6	38,7
Metalfrio	Eletrônica -	26,6	43,6
Arteca	Química e petroquímica -	24,5	20,3
Marfrig	Alimentos -	32,6	33,7
Gol	Transportes e logística	9,3	3,8
Camargo Correa	Grupo econômico (conglomerado)	19,3	18,0
WEG	Mecânica	34,0	10,0
Itautec TI	Tecnologia da informação	28,0	6,7
Colmex Trading	Comércio exterior	41,4	8,1
Embraer	Veículos e peças	1,4	10,5
Marcopolo	Veículos e peças	22,7	19,4
Mahle (Metal Leve*)	Veículos e peças	6,0	10,4
DHB	Veículos e peças	29,2	0,2
G Brasil	Veículos e peças	27,7	1,9
Tupy	Metalurgia e Siderurgia	12,1	0,5
TAM	Transportes e Logística	30,0	3,3
ALL	América Transportes e Logística	6,3	23,1
Petrobrás	Petróleo e Gás	11,4	9,8

Fonte: Valor Econômico, 2008, p. 24 (FONTES 2010 p. 344)

(\*) capital internacional, não mais brasileiro. Segundo o Valor Econômico, ambas as empresas, “embora de capital internacional, têm origem no Brasil e aqui mantêm o centro de decisão”. (id. ibid., p. 22)

Fontes argumenta sobre esse impulso brasileiro para seus vizinhos:

(...) a totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de US\$30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil. Mesmo em setores com menor tradição de internacionalização, cresce o apetite de empresas de origem brasileira. Depois da expansão do Grupo Gerdau, na década de 1990,

e da Ambev, em 2003, empresas como Marfrig e Bertin (posteriormente reunidas na JBS Friboi, com o apoio do BNDES), controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. Em 2007, a produtora de arroz Camil, brasileira, comprou a maior processadora de arroz uruguaia, responsável por 45% da produção e exportação do produto. (BID-INTAL, 2007, p. 36-37 apud. FONTES 2010 p. 339)

E nesta ótica é visível a busca do Brasil para assumir esta posição hegemônica. Samuel de Jesus apresenta excelente exemplo das intenções do governo brasileiro através do documento “O Mundo em 2022”, que integra o projeto oficial brasileiro feito pela Secretaria de assuntos estratégicos conhecido como “Plano Brasil 2022”, que faz uma perspectiva das tendências do sistema internacional até o ano 2022. Frente a essas perspectivas o plano propõe ações estratégicas a serem tomadas pelo Estado brasileiro para justamente fortalecer e impulsionar as empresas brasileiras. Diferentemente das intenções da Social-democracia, que visaria a preocupação em outros âmbitos a priori.

Sugere o referido documento que essas empresas fortalecidas permitiriam ao Brasil a capacidade para elaborar e implantar políticas nacionais de desenvolvimento. São indústrias do setor de construção civil, energia e material de defesa, entre outros. Essa perspectiva faz pensar sobre a relação entre o governo e empresas brasileiras. Qual é o tamanho dessa relação e o que ela envolve? Nesse caso os interesses privados ganhariam uma configuração pública, pois se trata de um documento da secretaria responsável pela formulação de ações estratégicas para o Brasil. (...) Outro ponto que destacamos é o parágrafo 13 do documento “O Mundo em 2022”. Esse parágrafo menciona que no campo militar a aplicação tecnológica será cada vez mais freqüente, assim a eficiência letal dos equipamentos possibilitará a quem os tiver a ampliação do seu poder frente aos demais Estados. Essa tecnologia permitiria aos países economicamente mais fracos terem o poder de dissuasão frente aos Estados mais fortes. Esta é uma questão posta na Estratégia de Defesa Nacional (2008), pois esta prevê a retomada da Indústria de Defesa Brasileira. O Estado protegerá as empresas privadas desse setor e as isentará do Regime Geral de Licitações, o que representará uma grande vantagem. (JESÚS 2011)

O caráter e as perspectivas das relações brasileiras com seus vizinhos podem ser exemplificados a partir já da primeira frase do documento *A América do Sul em 2022*: “A América do Sul é a nossa região, onde nos encontramos e de onde jamais sairemos. O futuro do Brasil depende da América do Sul e o futuro da América do Sul depende do Brasil”. (GUIMARÃES 2010).

Assim, a constituição de novos acordos, a partir da UNASUL, pautados na coordenação favorecendo o grande capital é ainda pouco perceptível. Mas é legítima, como visto, entre os outros países latino – americanos, sua preocupação em relação ao impulso voraz em seus territórios dos capitais brasileiros que contam com ajuda do Estado brasileiro (principalmente por meio do BNDES), e também em relação ao interesse do

governo brasileiro em políticas para ampliar a defesa nacional. Mesmo que, para Kaustsky, o país deve se industrializar superando sua fragilidade político-econômica, este processo deveria ser coordenada pelo projeto Social-democrata, consensualmente com seus vizinhos.

Se, até pelo menos até o começo do século XXI o capital se mostrou provedor da guerra, desigualdade e da pobreza (SABENÇA 2010), o desconhecimento acerca da sociedade contemporânea permite que haja questionamentos se esta realidade não poderia ou estaria revertendo o curso desses males. De acordo com (CEPAL 2012) 168 milhões de latinoamericanos ainda estão abaixo da linha da pobreza em 2011, constituindo 29,4% da população da região. Contudo este dado representa uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação a 2010. A distribuição de renda continua sendo o principal problema do continente, como afirma o relatório, mas nos últimos anos este dado também vem caindo. Segundo (CEPAL 2012) as estatísticas de 18 países mostram que a desigualdade na distribuição de renda diminuiu indicando que em média 10% dos mais ricos da população americana recebem 32% da renda total, enquanto 40% dos mais pobres recebem apenas 15% do total da renda. O que mesmo assim continua sendo imensamente distante do projeto Social-democracia de Kautsky, mesmo porque, a dependência dos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) em relação ao capital financeiro (como exemplo, o Brasil tendo o total de sua dívida equivalendo a 47,19% do PIB, segundo o LOA 2012) é latente e não permite que a oposição entre capitalista e trabalhador possam ser superadas [assim como afirmara (LENIN 1916)].

## 5 Conclusão

Não é possível acreditar que as crises possam ser controladas pelo ultra-imperialismo, pelo menos ainda não como ele é hoje, através de medidas sobre um mercado descontrolado que seleciona o mais adaptado a sua forma de concorrência. Enquanto a oferta e a demanda determinar os preços das commodities, o descontrole sobre os preços agrícolas não cessarão. E de maneira muito mais profunda, enquanto a essência do sistema for  $D - d - M - d' - D'$ , a superacumulação de capital ainda irá gerar as crises (de superprodução industrial, desencadeando uma crise financeira consequentemente) e afunilar a desigualdade social. Mesmo que o desenvolvimento tecnológico abranja cada vez mais os dois meios produção, sua absorção reflete a luta de classes, que na agricultura, é representada pelo agronegócio e pequeno produtor. E, por fim, o ultra-imperialismo,

embora possua princípios social-democratas, esbarra nos interesses privados e de classe. Papel do ultra-imperialismo seria justamente redefinir os aspectos da concorrência no sentido de organizá-la e atingir o ápice da democracia capitalista; determinar que o avanço tecnológico devesse ir à direção desta democratização, ao invés de objetivar somente a concorrência.

Por mais que existam evidências da concretude das análises de Kautsky, o ultra-imperialismo ainda esbarra nas críticas de Lênin. Como superar as tendências vorazes do capital em acumular, concentrar e expandir? Como evitar que, numa crise, os “perdedores” sejam sempre os trabalhadores? Como gerar uma horizontalidade entre o Estado e a sociedade civil? Como romper a luta de classes?

Pegando como exemplo o Brasil que se, em 1998, um dos líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genuíno (então presidente do partido em 2005), afirmou que o “Estado se instituiu como instância de retificação das conseqüências negativas do mercado, promovendo o bem-estar e garantindo uma maior justiça social” (DE ALMEIDA 2005 p. 19), vemos que as fatídicas condenações de 2012 dos mesmos personagens do PT (inclusive de Genuíno) evidenciam as limitações e contradições da Social-democracia durante um século dos escritos de Kautsky.

Infelizmente, independente se há ou não um projeto, até o momento, as forças do capital ainda se mostram soberanas. Por enquanto: nem a guerra revolucionária, nem a paz revolucionária...

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ALMEIDA, Eduardo. “Prefácio” In: LÊNIN, V. I. - São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundeermann, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; “As crises financeiras internacionais e o Brasil desde 1929: 80 anos de uma história turbulenta”, Brasília, 7 junho 2009, 15 p. Artigo baseado nos trabalhos 1944 e 1936, para revista Plenarium (Câmara dos Deputados, n. 6, 2009).

AMAYO ZEVALLOS, E. **Como os Estados Unidos se apropriaram do nome "América"** 1. ed. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2012. v. 1. 167p .

ANDRADES, Thiago Oliveira de/ GANIMI, Rosângela Nasser; REVOLUÇÃO VERDE E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA p.43 - p.56 CES Revista, v.21 Juiz de Fora, 2007

ARRAES, Virgílio Caixeta; "Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial" Revista Brasileira de Política Internacional vol.47 nº.1 Brasília Jan./June 2004; ISSN 0034-7329

BARACUHY, Braz; A Crise da Liga das Nações de 1926: Realismo Neoclássico, Multilateralismo e a Natureza da Política Externa Brasileira; CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 28, no2, julho/dezembro 2006, pp. 355-397.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos “Interesse, ideologia e incompetência: a guerra do Iraque e o segundo Consenso de Washington”; FGV-EAESP/GV - Relatório de pesquisa nº14 /2004

BORGES, Fábio. “As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto.”. In: \_\_\_\_\_ Texto para Defesa ao Doutorado em Sociologia apresentado ao Departamento de Pós- graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), da Universidade Estadual Paulista (UNESP - Araraquara), 2011

BUMILLER, Elisabeth; SHANKER, Thom. “Obama anuncia corte de US\$ 450 bilhões em orçamento militar” In: PODER NAVAL - Informação Naval Comentada e Discutida; 5 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.naval.com.br/blog/tag/corte-no-orcamento-militar/>

CEPAL – Nações Unidas. “Panorama Social de América Latina 2012” Documento Informativo; Santiago, Chile - 27 de novembro de 2012

CHESNAIS, François; "As raízes da crise econômica mundial" - Texto-base de conferência pronunciada pelo autor na Universidade Federal da Bahia, em 13 de junho de 2012, sob o copatrocínio do Centro de Estudos Victor Meyer. Tradução de Rosa Maria Marques. Disponível em [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)

CONSELHO AGROPECUÁRIO DO SUL - CAS; “AUMENTO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS E DA VOLATILIDADE DAS COMMODITIES AGRÍCOLAS” - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/1860-2010. Apresentação da França em reunião do G20 - Jan/2011. Disponível em [http://www.consejocas.org/data/cas\\_documentos/370000.pdf](http://www.consejocas.org/data/cas_documentos/370000.pdf)

COUTINHO, Luciano. “A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança.” In: \_\_\_\_\_ Revista Economia e Sociedade, São Paulo, n. 1, p. 68-87 - 1992.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital – imperialismo**, Teoria e História - 2ª edição, Editora: UFRJ; Rio de Janeiro/ 2010.

GEORGE, Susan. **O Relatório Lugano – Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI**; Tradução: Afonso Teixeira Filho. BOITEMPO, 1ª edição; janeiro/2002.

Gouvernement du Canada - Comment fonctionne le G-8; Disponível em <http://www.canadainternational.gc.ca/g8/about-aposos/work-travail.aspx?lang=fra&view=d>; Acessado em 23/10/12

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. "O Mundo em 2022". In: \_\_\_\_\_ BRASIL 2022 – O Mundo em 2022, 22 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=335>. Acesso em fevereiro de 2012

\_\_\_\_\_ "A América do Sul em 2022". In: \_\_\_\_\_ BRASIL 2022, 22 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432>. Acesso em fevereiro de 2012.

HILFERDING, Rudolf. "A Economia Organizada (1927)". In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.); Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**, 2ª Edição brasileira: Novembro de 1979; Traduzido de: Industry and Empire; First published by Penguin Books Ltd., Harmondsworth, Middlessex, England.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**, 2ª Edição revista, com um novo ensaio; Civilização Brasileira, 1988.

ITAMARATY. In: \_\_\_\_\_ UNASUL. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Acesso em fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_ Conselho Sul-Americano de Saúde. Resolução de Criação do ISAGS. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/decisao-de-criar-o-isags>. Acesso em fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_ REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/bariloche>. Acesso em fevereiro de 2012. Acesso em fevereiro de 2012.

IVANISSEVICH, Alicia. (coord. editorial). "Entre o Urbano e o Rural" CADERNO SBPC (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA) 2006.

JESÚS, Samuel de. In: \_\_\_\_\_ Brasil e a Comunidade Sul – Americana: a necessidade de construir confianças, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ISSN 2175-2052. Disponível em:

<http://mundorama.net/2011/12/23/brasil-e-a-comunidade-sul-americana-a-necessidade-de-construir-confiancas-por-samuel-de-jesus/>. Acesso em fevereiro de 2012

\_\_\_\_\_ “Farol Latino - americano” In: \_\_\_\_\_ Observatório do Pacífico Latino americano e Amazônia, 01/2009. Disponível em: <http://www.observapacificoamazonia.xpg.com.br/cronicas/2.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012

KAUTSKY, Karl. “Dois artigos para uma revisão (1915)”. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2002b.

\_\_\_\_\_ “Imperialism and the war”. In: \_\_\_\_\_ Die Neue Zeit, Setembro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>. Acesso em dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_ O imperialismo (1913-1914). In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_ “Preparation for peace”. In: \_\_\_\_\_ Die Neue Zeit, Outubro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/10/peace.htm>. Acesso em dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_ “Ultra – Imperialism”. In: \_\_\_\_\_ Die Neue Zeit, Setembro de 1914; Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em dezembro de 2011.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, setembro de 1916. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

\_\_\_\_\_ **O Estado e a Revolução – A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**, tradução de Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundeermann, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 1ª Edição maio de 2004, tradução e notas: Jesus Ranieri – Boi Tempo Editorial

\_\_\_\_\_ **O Capital, crítica da economia política; Livro primeiro: O processo de produção do capital**, 8ª edição 1982 Volume II, tradução Reginaldo Sant’anna – DIFEL, Difusão Editorial S.A.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, 3ª Edição 2007, tradução Luis Claudio de Castro e Costa – Martins Fontes.

MATTICK, Paul. “Karl Kautsky: De Marx a Hitler” de 1939

Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/paul-mattick-karl-kautsky-de-marx.html> e em <http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm>:

Acessado em 23/10/12

NETHIS, “Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde vai funcionar no Brasil.”. In: \_\_\_\_\_ Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em saúde, setembro de 2011.

Disponível em:

[http://www.bioeticaediplomacia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123%3Ainstituto-sul-americano-de-governo-em-saude-vai-funcionar-no-brasil&Itemid=72](http://www.bioeticaediplomacia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=123%3Ainstituto-sul-americano-de-governo-em-saude-vai-funcionar-no-brasil&Itemid=72).

Acesso em fevereiro de 2012.

OCDE - DES POLITIQUES MEILLEURE POUR UNE VIE MEILLEURE – Histoire;

Disponível em <http://www.oecd.org/fr/apropos/histoire/>: Acessado em 23/10/12

OCDE - DES POLITIQUES MEILLEURE POUR UNE VIE MEILLEURE - Qui fait quoi; Disponível em <http://www.oecd.org/fr/apropos/quivaitquoi/>: Acessado em 23/10/12

ONUBR (Nações Unidas no Brasil) – A história da Organização; Disponível em <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>: Acessado em 23/10/12

ONUBR (Nações Unidas no Brasil) – Como funciona?; Disponível em <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/>: Acessado em 23/10/12

PENN, Helen PRIMEIRA INFÂNCIA: A VISÃO DO BANCO MUNDIAL Tradução: Fúlvia Rosemberg; In \_\_\_\_\_ Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 7-24, março/ 2002

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do trabalho no século 20**, 2ª Edição – Editora Popular/ São Paulo – 2010.

ROMERO, Roberto. “O nascimento da Unasul e seus desafios” In \_\_\_\_\_ Boletim Temático Ano III n.02. - União das Nações Sul – americanas/ O que é a UNASUL? Junho

de 2008. Disponível em: <http://www.observapacificoamazonia.xpg.com.br/artigos/16.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012

SABENÇA, Ana Cláudia Monteiro. “Pobreza e Exclusão Social” Faculdade de Economia/ Universidade de Coimbra; 31 de Maio de 2010 - NE: 2009107001

SANTOS, Maureen. In: \_\_\_\_\_ Compilación de los documentos de posición y análisis sobre integración regional producidos por los movimientos y organizaciones sociales. Maio de 2008. In: Alianza Social Continental. Disponível em <http://asc-hsa.org/poblaciones>

SALIBA, Micaella Rodrigues de Oliveira; "O Terrorismo Combatido com Terror. A guerra no Afeganistão e seu reflexo nas políticas internacionais." Publicado em: Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 5, 2009, pp. 387-416/ ISSN 1981-9439. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/>

SCOLARI, Dante D. G. “Produção agrícola mundial: o potencial do Brasil” Disponível em <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/417182/1/Producaoagricolamundial.pdf>

SOUZA, Nali de Jesus. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA - Desenvolvimento Econômico. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: como dar certo**; tradução de Pedro Maia Soares – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VELO, Moura. “AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL” Dissertação de Mestrado; Curitiba, Setembro de 2009.

X ONU Jr. 2012 Um modelo para crescer; “A questão alemã e a Liga das Nações [Conferência de Paz de Paris (1919)]” - Guia de Estudos; Criado em 2003. Décima edição

na cidade de Niterói/RJ; Organizada por SAMPAIO, Ana Letícia; BETIM, Felipe; RUSSO, Gabriela; ALEVATO, Giovanna; DE PAULA, João.

WILLIAMSON, John. “Reformas políticas na América Latina na década de 80.” In \_\_\_\_\_ Revista de Economia Política, vol. 12, nº. 1 (45), janeiro – março/1992. Do Institute for International Economics, EUA, e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.